



Revista Científica

IMENSÃO



ISSN 2675-5238

Investigação Científica Acadêmica e Profissional

v.5 n.2 JANEIRO/MARÇO 2021



 **hawking**
EDITORA

www.editorahawking.com.br

Revista Dimensão
v.5 n.2 abril/junho 2020

Maceió - AL
2021



EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking

IMAGENS DE CAPA: canva.com

ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Dimensão / Editora Hawking

- Vol. 5, n. 2 (2021) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2020 –
Trimestral

ISSN impresso

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

2021 Editora Hawking

Avenida Fernandes Lima, 2437, Farol. Maceió/Alagoas.

Disponível em: www.editorahawking.com.br

editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e

Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)

Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/300068446222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

GAMIFICAÇÃO: O JOGO DE TABULEIRO CONTRIBUINDO COMO INSTRUMENTO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM FÍSICA 7

Genivaldo Ferreira da Silva

Nailza Lima dos Santos

Pedro Juvêncio de Souza Júnior

VANTAGENS E DESAFIOS DO USO DAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO ESCOLAR 21

Ivaldo Sales Nascimento Júnior

Eduardo Cabral da Silva

MULHERES TRANS E ALOCAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: IMPLICAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA PENA DE PESSOAS TRANSGÊNERAS SOB A ÓPTICA DO STJ NOS PRESÍDIOS ALAGOANOS 31

Carla Waleska Gomes de Araujo

Nivania Maria Santiago de Arruda

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA 42

Bernard Pereira Almeida

Rosineide Maria Rocha Tavares

SUS: SAÚDE E CIDADANIA 53

Júlia Cláudia Tenório

Suzana Peixoto de Araújo

Marcelo Henrique Santos

Rafael Vital dos Santos

Celsa Maria Calheiros de Emeri Tenório



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

GAMIFICAÇÃO: O JOGO DE TABULEIRO CONTRIBUINDO COMO INSTRUMENTO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM FÍSICA

Genivaldo Ferreira da Silva¹

Nailza Lima dos Santos²

Pedro Juvêncio de Souza Júnior³

RESUMO

Este artigo explora o uso da gamificação no ensino de Física. O objetivo é apresentar e discutir, de forma abreviada, alguns mecanismos e práticas atuais sobre o tema. Aqui propomos a utilização de jogos de tabuleiro gigante para a dinâmica do ensino-aprendizagem em física através de metodologias ativas onde o aluno participa de forma abrangente e que lhes convenham a explorar os conteúdos de forma divertida através da competição. Atrelando tudo isso aos jogos de tabuleiro e aprender a ciência por traz da disciplina mais odiada pelos jovens estudantes que não simpatizam com ela. Propomos, pois, a ideia de jogo humano para explorar suas habilidades cognitivas. Visto que são nesses moldes que os jovens estão mais atrelados exigindo uma mudança exacerbada no contexto estudantil de aprender. O conceito emergente de gamificação que usa elementos do game e o game thinking para desenvolver processos inovadores para aprendizagem é introduzido e percebemos que tem trazido um rico e importante interesse dos alunos para a área das ciências. Assim, podemos perceber que o interesse dos alunos a interação proporcionadas pelos professores e alunos presente no dia do projeto proporcionou uma dinâmica que podemos torna-la acessível em todas a turmas do ensino médio

Palavras-chave: Educação Indígena. Currículo. Currículo na Educação Escolar Indígena.

¹ geni.herreira@gmail.com

² nlima441@gmail.com

³ pedro.juvenio@ifal.edu.br

INTRODUÇÃO

Entreter... Jogar... Tornar as aulas mais atraentes... Essas são frases ultimamente mencionadas por formadores em reuniões de formação de professores. A garotada está entretida nos jogos virtuais e estes estão inseridos no seu dia a dia e colaboram com a forma com que a geração “i” se comporta atualmente. Algumas vezes ainda é possível ouvir em sala de aula “Eu jogo *free fire* fessor” “eu já estou na rodada de ouro”. Nessas falas vemos que os jovens estão cada dia mais atento aos aparelhos de smartphones, notebooks e tablet e é aí que a mudança de paradigma sobre o processo educacional aparece para que os professores se posicionem sobre as novas metodologias ativas, pois muitos deles não tem se atentado para isso, como discute FILHO et al (2020):

[...] “os educadores, que muitas vezes passaram por uma formação inicial através de uma metodologia predominantemente tradicional, ficam sem propostas diversificadas para aplicação em sala de aula. É muito comum suas aulas refletirem sua própria formação, que privilegiava o aluno “receptáculo”. Assim, muitos destes professores, não obtêm êxito em promover nos alunos o interesse necessário para o aprendizado da Física e das Ciências. Sua prática continua empregando a metodologia memorística, com reforço do conhecimento através de fórmulas já prontas que são utilizadas na resolução de exercícios que se resumem a casos ideais sem

conexão com o cotidiano e sem oportunidade para questionamentos” [...].

De acordo com GAROFALO (2018) “O principal objetivo deste modelo de ensino é incentivar os alunos para que aprendam de forma autônoma e participativa” onde a gamificação e a utilização de jogos no ensino de ciências da natureza colaborem para o aprendizado do estudante. Completando o mesmo raciocínio de Garofalo, NOEMI (2019) aponta que: “[...] compreender tais abordagens é algo fundamental para as escolas em vários sentidos. Primeiramente, na possibilidade de oferecer um ensino de qualidade e realmente igualitário a todos os estudantes. Em segundo lugar, em relação ao fato de que investir em tais métodos é um incrível diferencial competitivo, que demonstra interesse em mudanças e avanços variados [...].

Assim, percebemos que a geração conectada à internet apresenta o desinteresse atrelado com o conturbado avanço tecnológico e isso se justifica quando Silva et al (2019) aponta que: “[...] os alunos contemporâneos já não são mais os mesmos para os quais o sistema educacional foi criado, as pesquisas apontam que o método tradicional de ensino, por si só, já não é mais capaz de atender as demandas desse aluno e ainda aponta a concentração de esforços no

desenvolvimento de novas metodologias que visam o engajamento do estudante [...]”

A indústria de games está crescendo nos últimos anos e, contudo, os jovens estão cada vez mais engajados nesse mundo panorâmico dos games entretendo-se cada vez mais e fugindo da abordagem técnica de conhecimentos tradicionais não sentindo-se motivados para atividades escolares tradicionais que são entediantes e desinteressantes.

Silva et al (2019) ainda destacaram que a falta de motivação dos estudantes para aprender os conteúdos escolares abordados, não é um problema apenas do ensino de Física, mas da Educação Básica em geral e ainda podemos salientar com o que diz Andrade (2020) a respeito:

[...]Os estudantes de hoje são muito diferentes dos que a escola recebia no passado. Eles nasceram com a facilidade que a tecnologia trouxe, estão sempre conectados e têm mais acesso à informação. Por isso, os professores necessitam encontrar metodologias de ensino diferenciadas e modernas, capazes de despertar a motivação dos alunos, com aulas mais dinâmicas e interativas. Nesse sentido, as metodologias ativas propõem um eficiente modelo de ensino-aprendizagem, fazendo o uso de menos aulas expositivas e estimulando a autonomia do estudante, que passa a ser o protagonista na construção do seu conhecimento [...]. (imagine educação, 2020).

De fato, pois mesmo com todas as inovações propostas para o ensino e a busca e utilização de metodologias ativas não tem impactado os jovens e estes ainda anseiam por atividades que lhes coloquem no meio do processo de ensino-aprendizagem como argumenta Diniz (2020): “[...] é nesse viés que as metodologias ativas têm ganhado espaço na educação brasileira. Elas vêm para transformar os estudantes de meramente passivos e ouvintes para ativos e produtores de conhecimento [...]”.

Ainda de acordo com Diniz (2020), existem 4 metodologias ativas para aplicar em sala de aula, quais sejam:

1. Sala de aula invertida - A sala de aula invertida é uma metodologia ativa, atual e moderna, que procura fazer do aluno ator principal de seu caminho rumo ao conhecimento.
2. Ensino Híbrido - é também uma metodologia ativa. Isso porque este ensino inovador busca unir de maneira equilibrada o ensino a distância e o ensino presencial.
3. Promoção de seminários e discussões - Uma outra metodologia ativa superinteressante é a promoção de seminários e discussões. Mudar a disposição das carteiras e colocar alunos e professor em um mesmo patamar é bem interessante e faz os estudantes se sentirem importantes.

4. Gamificação - é uma outra metodologia ativa. Ela busca trazer jogos para a sala de aula, e assim fazer dos celulares aliados na aprendizagem dos conteúdos das aulas. Porém, não somente utilizado celulares.

Neste contexto, optamos pela Gamificação e pensando nisso é que surge a ideia de propor a gamificação no ensino de ciências da natureza para que seja proposta a interação dos estudantes, enfatizando o engajamento, melhoramento no desempenho e no rendimento dos estudantes. Silva & Silva (2018) menciona a proposta de diferentes cenários e realidades simuladas, e ainda aponta que esse método ativo costuma ser utilizado para promover a imersão dos alunos em contextos específicos, exigindo-lhes raciocínio, planejamento e tomada de decisão.

Nesse trabalho foi avaliado os benefícios da gamificação no processo de ensino-aprendizagem de ciências da natureza durante aulas de Física com o uso de jogo gigante humano através da utilização do jogo de tabuleiro, com perguntas e respostas em turmas de ensino médio sendo proposto o projeto EXATAMENTE que se conectava a utilização do famoso jogo Furbica4. Portanto, Versões gigantes das atividades

podem adicionar ludicidade e não limitam o projeto ao espaço da sala de aula.

Os jogos de tabuleiro como estratégia metodológica no ensino de física

Nossa metodologia é baseada na metodologia de projetos e que de acordo com Furquim (2019) esta também é conhecida como aprendizagem baseada em projetos, é desenvolvida por meio de trabalhos que partem da teoria à prática (ou até mesmo ao contrário), para que os alunos entendam melhor os conceitos abordados durante as aulas. Os projetos geralmente são em pequenos grupos ou envolvem a sala toda (podem até envolver turmas diferentes). Assim de acordo com Silva et al (2019), aplicar a gamificação é comouutilizar várias ferramentas dentro de uma caixa e que podem ser combinadas de diferentes maneiras, e para gamificar uma atividade não é necessário utilizar todos os elementos de games e que segundo McGonigal existem 4 elementos fundamentais em qualquer jogo: A voluntariedade, as regras, o objetivo e os feedbacks.

Conforme ilustrado na Figura 1, no processo de gamificação os elementos devem estar interconectados onde a voluntariedade implica na aceitação das regras, objetivos e feedbacks.

Figura 1 - Elementos fundamentais de um jogo



Fonte: <https://www.scielo.br/pdf/rbef/v41n4/1806-9126-RBEF-41-4-e20180309.pdf>

Regras: Todo jogo possui regras. São a base do processo e definem como deve ocorrer a interação, Feedback e evolução. Se bem construídas, são um excelente motivador.

Interação ou **Conflito/Competição/Cooperação:** Todo processo de jogo é baseado em desafios que demandam superação, seja de si próprio, de companheiros ou de uma inteligência artificial.

Feedback: Todo jogador demanda informação constante de resposta do jogo acerca do seu desempenho. Feedback pode variar de recompensas a punições nos mais diferentes formatos e tem a finalidade de fazer o jogador continuar jogando.

Evolução: Também atua como motivador do jogo contínuo a evolução pode ser por níveis claros de dificultado ou evolução dentro de um objetivo (como jogos de tabuleiro).

Assim, Silva (2019) apud Castellar; Vilhena (2010) aponta sobre as possibilidades pedagógicas dos jogos, para o exercício cognitivo, afetivo, psicomotor e atitudinal dos alunos e a interação com o educador. E ainda acrescentamos o que diz Ferri; Soares (2015) apud Soares (2008) descrevendo “[...] que é importante os educadores buscarem alternativas que realmente alcancem os alunos contemporâneos, por meio de propostas de integrar os jogos ao ensino [...] pois, sabemos que precisamos de algo que realmente seja acessível aos interesses dos alunos e que os auxiliem a desenvolver a aprendizagem científica.

O jogo

Das populações nômades para a sala de aula, assim trata o artigo de Martins (2020) propondo que “A história do jogo de

tabuleiro acompanha a humanidade desde as primeiras populações nômades, que talhavam seus próprios passatempos nas pedras de seus abrigos. Um gosto que rodou o mundo e que permite projetar um ano inteiro de aulas de História baseadas em tabuleiros como o Jogo Real de UR, da Mesopotâmia; o Senet, do Antigo Egito; o Latrúnculo, da Roma Antiga; o Xadrez Viking; A Raposa e os Gansos, da Idade Média; e o próprio Jogo da Onça”.

As origens de Ludo, contudo, são bem antigas, pois por volta do século XV na Índia, existia um jogo parecido chamado "Chaupar", que mais tarde foi modificado dando origem a um jogo chamado "Pachisi" ou "Parcheesi", que possui tabuleiro e regras muito parecidas com Ludo, e que ao invés de dados utilizam-se conchas cujo resultado máximo é 25 (daí o nome do jogo, derivado da palavra Hindu "Paccís", que significa "vinte e cinco"). Em sua versão contemporânea, Ludo é um jogo clássico de regras fáceis, muito popular no Brasil, em que os jogadores movimentarão seus peões de acordo com o resultado do dado, tentando capturar ou barrar o avanço de seus adversários, ao mesmo tempo que movem suas peças tentando ser o primeiro a conseguir colocar todos os seus peões na casa final do tabuleiro.

O objetivo do jogo é ser o primeiro que, partindo de uma casa de origem, chega com quatro piões à casa final. Para isso,

deve-se dar a volta inteira no tabuleiro e chegar antes dos adversários.

Regras originais

Cada jogador por sua vez lança um dado e faz avançar um dos seus peões em jogo o número de casas indicado. O seis permite colocar em jogo um peão que esteja na casa inicial ou fazer avançar um peão seis casas, e ainda um novo lançamento de dados. O número um também permite que o jogador tire o peão, mas é só o seis que permite o jogador a lançar o dado novamente.

Quando o jogador entra com um peão na parte final, poderá completar o percurso somente se tirar o número de casas exato da casa final. Caso tire um número maior, o jogador entra e retrocede o número das casas que sobraram.

Não é permitido mais do que um peão em cada casa. Caso um peão venha a ocupar uma casa ocupada por um peão de outro jogador, o peão original regressará à casa inicial, é a chamada "captura" (coloquialmente, principalmente no Brasil, se usa o termo "comer"). É proibido capturar o adversário que está na casa de saída.

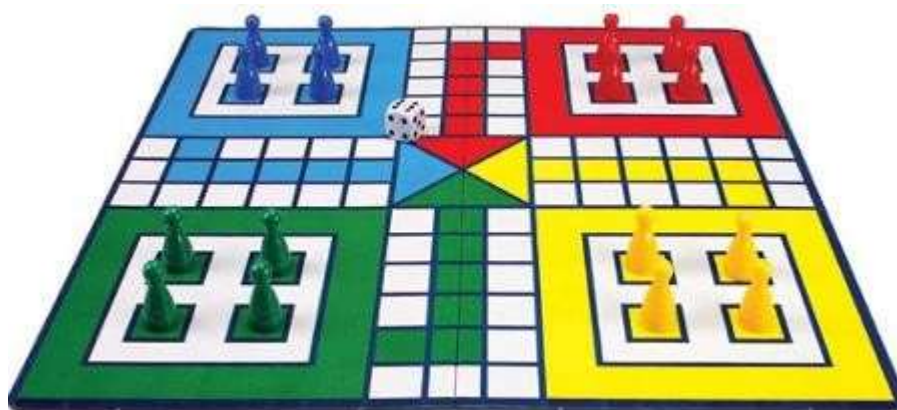
Quando dois peões de uma mesma cor se encontram em uma mesma casa, forma-se uma torre, impedindo outro peão de ocupar esta casa. Só poderá comer a torre

com outra torre. Dois peões somente poderão caminhar como torre (ou seja, ambos juntos) caso haja uma torre no meio do caminho para ser "comida" uma vez que somente uma torre poderá comer outra, mandando os dois peões para casa inicial. Não havendo outra torre, e lançando o dado, o jogador deverá desfazer a torre, caminhando somente com um dos peões.

Tabuleiro

Existem quatro peões ou cavalos de cada cor (azul, verde, amarelo e vermelho) o tabuleiro tem a casa de saída logo após a parte final, como o peão (cavalo) não pode retroceder, é necessário dar outra volta.

Figura 2 – Tabuleiro da furbica



Fonte: http://www.tabuleirocriativo.com.br/post_ludo.html.

METODOLOGIA

Os jogos de tabuleiro permitem que as crianças e jovens desenvolvam atividades intelectuais e cognitivas de forma divertida, buscando estratégias para atingir um objetivo.

No projeto, intitulado Exatamente, procurou-se definir cada etapa do trabalho, para que os estudantes pudessem colhe-lo e se familiarizasse com o tabuleiro pois alguns deles não o conheciam e não tinha jogado, assim por meio de objetivos grupais consolidamos treinamentos a priori para tal

feito que estabelecessem um clima de cooperação.

Assim, apresentamos a proposta do jogo de tabuleiro para se trabalhar as disciplinas de ciências da natureza (Física, química e Biologia) em formato de projeto que envolvesse uma competição sendo os estudantes as peças do tabuleiro, justificando assim a ideia da Furbica humana.

Fizemos treinamento do jogo com os colegas com as tabuletas em sala de aula por um período de quinze dias. Após

aprenderem a jogar com as regras do jogo propomos as novas regras que foram inseridas de acordo com a abordagem científica. Quais são:

Início do jogo:

1- Os líderes dos pinos jogam o dado para definir qual dos grupos deve iniciar a competição.

2- Os pinos só podem ser movidos pelos líderes quando jogar os dados e saírem os números 1 ou 6 respondendo à pergunta, se esta for dada como certa o pino avança a quantidade de casas que o dado de deslocamento define, do contrário voltará uma casa. Caso saia qualquer outro número diferente passa a vez, isso na primeira jogada diferenciando das demais caso já tenha saído algum pino que pode percorrer tranquilamente pelo trajeto.

3- CASAS DAS ESTRELAS – 13, 30, 47, 64: Caso os pinos sejam DERRUBADOS são banidos para suas respectivas zonas de início e se estes tiveres vidas adquiridas, voltam para as respectivas casas em que pegaram, que podem ser quaisquer umas destas. (obs.: somente pode pegar as vidas um membro da equipe); (caso aconteça de dois pinos rivais se cruzarem no mesmo ponto o que detém a vida a perdera, ficando os dois no mesmo lugar).

4- No jogo constam perguntas de física, química, biologia, conhecimentos gerais de ciências da natureza que os representantes das turmas (pinos), líderes, e alunos das turmas devem responder para prosseguir no trajeto do jogo ou caso as errem devem voltar 1 casa como punição.

5- Ao voltar a casa quando da resposta da pergunta errada, se algum pino estiver no lugar este será derrubado e se tiver outro no lugar este também deve sair e voltará a começar o jogo do início, caso tenha vida extra este deve volta para casa onde pegou tal vida, do contrário deve iniciar o jogo novamente com tal pino.

6- Se dois pinos da MESMA COR estiverem na mesma casa e outro de cor diferente parar na mesma casa os dois devem sair e voltar para o início do jogo, mas se algum deles tiver alguma vida extra este voltam para onde tenha pego.

7- Os integrantes de cada equipe que estejam fazendo o trajeto podem optar por errar a resposta para voltar a casa e derrubar o oponente como estratégia de jogo.

8- Durante o trajeto os componentes dos grupos nem da sala participante e nenhuma delas em hipótese alguma *NÃO* podem interferir nas respostas do aluno (escolhido pelo líder) sendo que cada pessoa que for

responder terá a opção de *RESPONDEROU NÃO A QUESTÃO*, dando a mesma como errada fazendo o pino que esta sendo deslocado voltar uma casa dando como correta segue a sequência do item 2

9- Não necessariamente quem chegar no final do percurso será o vencedor, pois os grupos ainda terão que mostrar a proposta de projeto (seu respectivo relatório) que será apresentada no final do circuito que se caracterizara nas diversas modalidades: Projeto inovador, projeto reinventado, robótica, Aplicativos (computador ou celular). A comissão julgadora avaliará os trabalhos apresentados e darão uma pontuação referente ao mesmo dentro das categorias. *Que valerá entre 5, 10, 15 e 20 pontos atribuídos pelos professores avaliadores para serem direcionados para feira de conhecimento 2019 caso sejam aprovados pela comissão organizadora dos professores credenciados.*

10 - O grupo de jogadores (4 pinos) que chegar primeiro ao final do trajeto acumulara na 2º fase um total de (100) pontos, o segundo grupo (75); o terceiro grupo (50) e o quarto grupo (25) para ser somado com a 1º fase e 3º Fase (que consiste na entrega dos relatórios dos distintos projetos científicos)

11- O jogador que tirar o número 6 no dado, tentar responder e errar a pergunta feita

mesmo que por estratégia, passa a vez, sendo que este teria uma nova chance de jogada.

12- A casa portal (extremidades de cada casa/colorida) caso o peão caia nesta ele será transportado para extremidade a sua frente do outro lado do oponente, por exemplo, jogador verde em frente ao jogador vermelho e vice-versa.

Então partimos para um aquecimento prévio, aplicando ao jogo humano as novas regras para que os alunos tivessem ciências das mesmas e soubessem utiliza-las. Foram mostrados como funciona as regras do jogo de tabuleiro e também implementadas algumas que fossem relacionadas aos fenômenos físicos e químicos como por exemplo (o salto quântico) quando um dos estudantes poderia fazer tal feito quando de posse da casinha com essa regra.

O projeto exatamente

O Projeto surgiu com a ideia de propor o protagonismo juvenil e fazer com que os estudantes saíssem da rotina da sala de aula servindo como suporte para a interação entre as turmas e ao mesmo tempo se divertir com o conhecimento científico existente nas disciplinas.

Foram comprados e montados os moldes para composição do tabuleiro com

pouco mais de 200 peças nas cores correspondentes as do jogo original.

Este projeto foi desenvolvido e aplicado aos estudantes da Escola estadual Professora Maria Avelina do Carmo no interior do estado de Alagoas visto que precisávamos interpolar a ideia de que as ciências físicas não eram tão tenebrosas

com os alunos viam ou ouvia-se falar entre eles.

Um aquecimento prévio realizado com os estudantes

De fato, precisou-se fazer esse aquecimento prévio, pois alguns deles não imaginavam a dimensão que o jogo propunha.



Fonte: Autoria própria.

Culminacia do projeto

No dia da culminância do projeto todas as turmas da escola participaram como competidoras e estavam propensas ao espírito esportivo, visto que propomos iteração e cooperação dos alunos, com ampliação das situações. Nisso, percebemos alunos mais introvertidos – maior desprendimento e alegria. Ainda percebemos a superação – as dificuldades se transformaram em desafios de cada um deles em querer acertar as perguntas e

assim vencer a competição, além da consciência e valorização de amizade, companheirismo e paciência para esperar a sua vez.

Como estávamos lidando com jovens de turmas diferentes separamos as disputas por série para que não houvesse desacordo com níveis de questões e perguntas que fugisse das modalidades de ensino. O tabuleiro foi montado na quadra do ginásio de esportes da instituição. Como se pode ver:



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS E DISCURSÕES

O projeto trouxe uma desenvoltura brilhante para os participantes e uma nova forma de propor e dinamizar o processo de ensino- aprendizagem, visto que a dinâmica proposta valeu-se de adquirir o aprendizado necessário e fazer com que os estudantes trocassem experiências com os colegas de turmas e interagissem entre si, totalizando a

busca pelo final da competição implementando os jogos de tabuleiro e eles servindo como peça, fazendo com que os alunos fossem agentes e peças fundamentais para a realização do projeto. Apesar das dificuldades encontradas percebemos que os alunos ficaram mais introspectivos com as ações que o jogo trazia fazendo-os interagir e buscar a grande vitória chegando no final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de que na dos computadores, do videogame e dos brinquedos eletrônicos percebemos que é possível despertar o interesse dos jovens estudantes por um simples tabuleiro, com números, charadas ou dicas, sem haver movimento ou imagens, trazendo-os a participação de atividades da escola e sobretudo dos jogos que julgam desnecessários e sem empolgação. Mas este cenário mudou depois que viram e compreenderam a forma que ele estava

sendo conduzido. O projeto interdisciplinar - Exatamente - serviu de suporte as disciplinas de ciências da natureza abrangendo todos os conteúdos trabalhados em sala de aula e proporcionou a mais prazerosa atividade exitosa atribuída aos estudantes.

Usar um jogo humano foi uma tarefa muito desafiadora, mas muito proveitosa em seu conteúdo e etapas, permitindo que os alunos usassem sua capacidade física, intelectual e cognitiva, nas atividades propostas

REFERÊNCIAS

GOMES, N. C. JOGOS DE TABULEIRO - UMA CONTRIBUIÇÃO LÚDICA NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO. **3º Congresso de boas práticas em sala de aula.** set 2014.

Disponível em <
<https://ptdocz.com/doc/926866/jogos-de-tabuleiro-%E2%80%93-uma-contribui%C3%A7%C3%A3o-1%C3%BA-dica-na-aprendiza...>>

NASCIMENTO, R. R.; NASCIMENTO, P. S. C. GAMIFICAÇÃO PARA O ENSINO DE FÍSICA: O QUE FALAM AS PESQUISAS. **Revista Vivências em Ensino de Ciências** 3ª Edição Especial. Número 2 ISSN 2595 - 7597

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/vivencias>.

SILVA et al. GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM ATIVA NO ENSINO DE FÍSICA. **Revista brasileira de ensino de física.** Vol.41. nº 4. e20180309. 2019. Disponível em <

<https://www.scielo.br/pdf/rbef/v41n4/1806-9126-RBEF-41-4-e20180309.pdf>>

SILVA, G. K. B.; SILVA, B. G. K. GAMIFICAÇÃO: BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO JOGO DE TABULEIRO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS AULAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS AULAS DE CIÊNCIAS. **Congresso internacional de educação e tecnologias – Encontro de pesquisadores em educação a distância.** CIET ENPED Jun/jul 2018. Disponível em <
<file:///C:/Users/genih/AppData/Local/Temp/786-16-3658-1-10-20180521.pdf> >

GAROFALO, D. **COMO AS METODOLOGIAS ATIVAS FAVORECEM O APRENDIZADO** - A proposta é que o estudante esteja no centro do processo de aprendizagem. **NOVA ESCOLA** - Junho | 2018. Disponível em: <
<https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>>

DINIZ, Y. Entenda o que são e como trabalhar as metodologias ativas. **Imagine educação. Maio 2020. Disponível em:** <<https://educacao.imagine.com.br/metodologias-ativas/>>

ANDRADE, S. **Conheça 6 exemplos de metodologias ativas para usar em suas aulas e tornar os alunos mais engajados.** Imagine educação. Nov 2020. Disponível em:
<https://educacao.imagine.com.br/exemplos-de-metodologias-ativas/>

FURQUIM, D. O que são metodologias ativas e como elas influenciam o ensino. **Escolas disruptivas. Metodologias inovadoras. Ago/2019. Disponível em:** <<https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/o-que-sao-metodologias-ativas-e-como-elas-influenciam-o-ensino/>>

NOEMI, D. **Uma revolução no ensino: descubra as metodologias ativas de aprendizagem. Escolas disruptivas. Metodologias inovadoras.** jun/2019. Disponível em:
<<https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/o-que-sao-metodologias-ativas-e-como-elas-influenciam-o-ensino/>>

FILHO, E. B. et al. **Um jogo de tabuleiro utilizando tópicos contextualizados em Física.** Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 42, e20190356 (2020). DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2019-0356>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbef/v42/1806-9126-RBEF-42-e20190356.pdf>>

SILVA, D. G. **O USO DE JOGOS DE TABULEIRO COMO APOIO PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA.** 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbef/v42/1806-9126-RBEF-42-e20190356.pdf>>

MARTINS, M. **PARA COLOCAR EM PRÁTICA: JOGOS DE TABULEIRO QUE VÃO MUITO ALÉM DA SUA AULA** - Passatempos consagrados na história trazem lições que transbordam os componentes curriculares para outras áreas da escola e da vida. NOVA ESCOLA. Fev/2020. Disponível em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/18856/jogos-de-tabuleiro-que-vaio-muito-alem-da-historia>

FERRI, K. C. F.; SOARES, L. M. A. **O JOGO DE TABULEIRO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE QUÍMICA.** XII Semana de Licenciatura - III Seminário de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática. - I Encontro de Egressos do Mestrado. A formação docente em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Educação Ambiental Jataí, GO – 13 a 16 de outubro de 2015. Disponível em:
<<http://revistas.ifg.edu.br/semlic/article/view/522>>



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

VANTAGENS E DESAFIOS DO USO DAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO ESCOLAR

Ivaldo Sales Nascimento Júnior¹
Eduardo Cabral da Silva²

RESUMO

O diretor escolar desempenha um importante papel para o funcionamento desta, estando capacitado para promover a integração do setor administrativo e pedagógico. A introdução de tecnologias na escola promove a transformação deste espaço em uma organização mais proativa e moderna que se atualiza constantemente, estabelecendo-se um processo reflexivo e constante da prática educativa. O objetivo deste artigo foi determinar os principais desafios e benefícios pertinentes ao uso das diversas tecnologias pelas escolas, no aprimoramento da sua gestão no ambiente escolar. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, onde a busca foi realizada na base de dados Scielo, utilizando-se como descritores Tecnologias e Gestão escolar, publicados no período de 2010 a 2020. Foram encontrados 12 artigos, que após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram reduzidos a 05 artigos, que analisados resultaram na formulação de duas categorias. Evidenciou-se a existência de importantes desafios para a implantação eficiente das tecnologias no ambiente escolar, assim como algumas vantagens, seja ela qual for, especialmente quando estas são direcionadas à gestão, observando-se uma importante escassez de artigos sobre o tema, assim como a necessidade de se investir em formação continuada dos professores e gestores para a implantação das tecnologias alinhadas a uma prática pedagógica reflexiva e ativa.

Palavras-chave: Tecnologias. Desafios. Benefícios. Ambiente escolar.

¹ ivaldosalesjunior@bol.com.br

² edcs.cabral@gmail.com

INTRODUÇÃO

O diretor de uma escola desempenha um importante papel para o funcionamento desta, tendo-lhe como atribuições a gestão financeira, administrativa e pedagógica da escola, sendo a entidade máxima na gestão escolar, assumindo uma posição de destaque em todas as áreas administrativas, o que inclui as relacionadas à integração educativa das tecnologias (PIEIDADE; PEDRO, 2014).

Para Fonte (2004) um gestor na plenitude de seu trabalho está capacitado para promover a integração do setor administrativo e pedagógico no ambiente escolar, por meio do uso das TICs que dinamizam as trocas de informações, assim como as decisões a serem tomadas e o acompanhamento das atividades administrativas e pedagógicas da escola, podendo ter condições para promover estudos, discussões e decisões, sendo tomadas conjuntamente em um processo reflexivo e constante da prática educativa.

Para Moran, Masetto e Behrens (2003), a introdução de tecnologias na escola promove a transformação deste espaço educativo em uma organização mais proativa e moderna que se atualiza constantemente.

Todavia, o uso de tecnologias no ambiente educacional, ainda nos dias de hoje, apresenta-se como um importante desafio a ser superado, pois, conforme a visão de Moraes (2000), não basta obter recursos para serem utilizados na escola como: televisão, videocassete, computadores, etc, sem que estes estejam acompanhados de uma transformação na formação e comportamento do professor.

Apesar da diversidade tecnológica existente em nossa sociedade, que se apresenta como algo positivo, é importante destacar que a grande maioria das escolas, assim como importantes segmentos da nossa sociedade, não têm conseguido acompanhar este acontecimento por diversos fatores limitantes.

A este respeito, Fadel et al. (2014) inferem que o desenvolvimento tecnológico tem avançado a passos largos, mas o mesmo não tem se aplicado à educação, de modo que a escola precisa priorizar a diminuição desta grande diferença.

Assim, o objetivo deste artigo foi determinar os principais desafios e benefícios pertinentes ao uso das diversas tecnologias pelas escolas, no aprimoramento da sua gestão no ambiente escolar.

MÉTODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização da presente pesquisa foi revisão sistemática da literatura, por meio da busca sistematizada de informações com o uso de descritores, constituído por cinco etapas: elaboração da pergunta, coleta de dados, avaliação destes, análise e interpretação dos dados, seguido da apresentação dos resultados e considerações finais.

Tendo em vista a relevância do uso das tecnologias no ambiente escolar, compreendendo o espaço físico, os seus atores e sua função social, torna-se imperiosa a elaboração do seguinte questionamento: Quais os benefícios e desafios enfrentados pelos gestores escolares quanto ao uso das tecnologias no ambiente escolar?

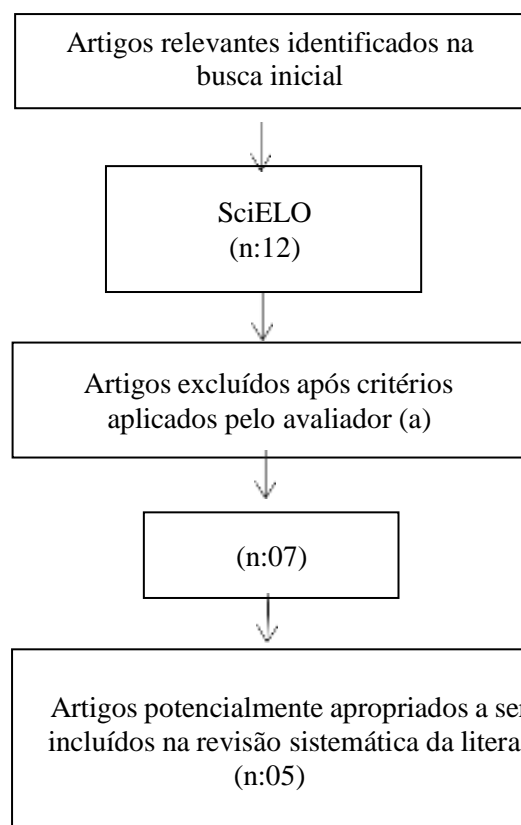
Foi utilizada para a realização da referida pesquisa, a Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scientific Electronic Library On line* – SciELO). Utilizou-se como estratégia de busca os termos “Tecnologias” and “Gestão Escolar” que nortearam a busca, sendo utilizados como filtros: artigos publicados e disponíveis na íntegra, no idioma português, no período de 2010 a 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo teve como resultado 05 artigos por atenderem a

Seguindo esta ordem, a pesquisa resultou no total de 12 artigos. Os artigos encontrados tiveram seus títulos e resumos analisados, sendo adotados os critérios de exclusão: publicações em outros idiomas, artigos incompletos, não relacionados às tecnologias e a gestão escolar e duplicados na base de dados. Nesta etapa foram excluídos 07 artigos, resultando em um total de 05 artigos (figura 1).

Figura 1- Fluxograma demonstrativo da pesquisa.



Fonte: Próprio autor.

questão norteadora do estudo. Estes artigos tiveram seus dados registrados, tais como: título, ano de publicação, autores, objetivos,

metodologia, resultados e conclusões

(Quadro 1).

Quadro 1- Quadro sinóptico dos artigos selecionados para a revisão sistemática da literatura.

N	TÍTULO	ANO	AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE PESQUISA	CONCLUSÃO
1	Obstáculos emergentes da prática de ensino com a investigação matemática.	2020	WICHNOSKI, Paulo.	Interrogar os fatores que se mostraram limitantes da prática com a Investigação Matemática segundo o relatado nas produções de professores que trabalharam sob essa perspectiva no PDE/PR.	Estado da arte de abordagem qualitativa com enfoque fenomenológico	Os dados permitem afirmar que os obstáculos são decorrentes das ações dos sujeitos envolvidos no trabalho (professores e alunos), da dinâmica e características epistemológicas da própria Investigação Matemática, da estrutura e organização escolar e da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e encontram explicações nas concepções e crenças próprias dos professores, dos alunos, da gestão escolar, da equipe pedagógica, da família e do Estado, advindas da cultura escolar predominante.
2	Programa Jovem de futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor.	2020	BALDUINO, Maria Aparecida Canale.	Este artigo tem como foco a discussão que surge nas relações entre o público e o privado na educação e, de maneira mais específica, as implicações que a tecnologia educacional do Programa Jovem de Futuro (PJF), apresentada, criada e desenvolvida pelo Instituto Unibanco (IU), gera na gestão das escolas públicas.	Levantamento bibliográfico com análise documental.	Pode-se identificar que o PJF emprega a lógica de mercado nas escolas públicas de Ensino Médio e induz a responsabilização das escolas pelos resultados, o que incorpora alterações nas suas propostas pedagógicas e, assim, compromete a autonomia da gestão escolar, ferindo o princípio da gestão democrática.
3	Integração pedagógica das TIC	2018	CARLOS, Vânia;	Implementar o conceito Edulab visando a adoção	Projeto de intervenção, com abordagem	Concretamente no que se refere ao projeto AGIRE, houve o reconhecimento

	no contexto de um Edulab – reflexão e sistematização de boas práticas (Projeto AGIRE).		POMBO, Lúcia; LOUREIRO, Maria João.	de práticas pedagógicas inovadoras e a promoção da literacia digital de professores (e alunos).	qualitativa e aplicação de instrumentos para coleta de dados.	de alguns progressos relativamente à utilização das TIC nas salas de aula, tendo os participantes iniciado o projeto num nível de adoção e passando, no final do projeto, para um nível mais elevado de integração das TIC, o de adaptação. Observou-se também que as tecnologias disponibilizadas pelo projeto, quando otimizadas e acompanhadas de metodologias de ensino adequadas, podem ser enriquecedoras do processo de ensino e aprendizagem, transformando as aulas em sessões mais dinâmicas, eficazes e motivadoras e contribuindo para aprendizagens ativas esignificativas.
4	Programa um computador por aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais.	2017	ECHALAR, Adda D. L. Figueiredo.; PEIXOTO, Joana.	Analisar a implantação do Prouca no Brasil e no Estado de Goiás, a partir do tratamento da questão da inclusão digital via ambiente escolar como resultado de políticas públicas vinculadas aos organismos multilaterais em nosso país, os quais visam à manutenção da desigualdade social por meio de um processo de inclusão excludente.	Pesquisa exploratória e empírica, com análise documental.	Queremos demonstrar que os identificados problemas e deficiências na infraestrutura para a sua implantação, na gestão de seus processos e na formação dos professores não se constituem em aspectos pontuais, mas estruturantes deste Programa. Por esta razão, o seu mero reajuste ou adequação não são suficientes para equalizar as desigualdades sociais, conforme o propalado.
5	Tecnologias digitais na gestão escolar: práticas, proficiência	2014	PIEIDADE, João; PEDRO, Neuza.	Analisar o índice de utilização das tecnologias digitais (TD) nas práticas	Investigação empírica, pós-positivista, de natureza quantitativa	Apesar dos scores favoráveis de proficiência e utilização das mesmas nas

	e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal.			de gestão escolar e o sentido de autoeficácia na utilização das mesmas, apresentados pelos diretores escolares.		práticas profissionais, os diretores referem importantes necessidades de formação.
--	---	--	--	---	--	--

Fonte: Próprio autor.

Verificou-se que o ano de 2020 foi o que teve mais publicações (2), seguido por 2018, 2017 e 2014 com (1) cada.

Quanto a nacionalidade, três artigos foram brasileiros, (2) Região Sudeste (Bolema – SP, Ensaio: aval. Pol. Publ. Educ. – RJ) e (1) da Região Centro-Oeste (Interações – MS) e (2) internacionais de Portugal (Da investigação às práticas – Lisboa e Revista Portuguesa de Educação).

A metodologia adotada pelos (5) artigos, (4) tiveram abordagem qualitativa e (1) abordagem quantitativa; sendo (3) projetos de intervenção, (1) pesquisa exploratória e (1) revisão bibliográfica.

Por fim, para a construção desta revisão sistemática, sintetizou-se o assunto para a formulação das categorias apresentadas a seguir:

Categoria 1 - Os desafios enfrentados pelos gestores para o uso das tecnologias no ambiente escolar

Em seu estudo a respeito da implantação de um programa federal no Estado de Goiás para a inclusão social por meio das tecnologias de informação, Echalar e Peixoto (2017) destacaram que a finalidade não foi alcançada, porque a real intenção não coibiu a exclusão, e, isto se dá porque o ambiente escolar encontra-se carente de infraestrutura e a própria estrutura do programa não enfrenta a situação real do problema, que deveria estar

relacionada a uma formação contínua e produtora de professores e alunos. Além disto, os professores acabaram sendo os únicos responsabilizados pelas falhas que resultam na exclusão digital. Para os autores, é preciso ouvir todos os participantes da escola em suas diferentes hierarquias, além de fornecer uma formação contínua, avaliativa e apoiadora para a real transformação da realidade de exclusão, característica de uma concepção capitalista.

Para Wichnoski (2020), que buscou verificar os obstáculos que surgiam da prática de ensino de professores de matemática do Paraná, os entraves surgem dos participantes do processo, professor-aluno, que se relacionam aos aspectos inerentes destes, aos desafios da disciplina, da própria estrutura escolar e dos obstáculos pertinentes a inserção das TICs que são elucidados pelas concepções dos professores, alunos, da gestão escolar, da equipe pedagógica, da família, especialmente pela rigidez do currículo que dificulta a adoção de metodologias ativas, exigindo de todos um malabarismo para contornar tais problemas que se esbarram na necessidade de uma formação inicial e continuada diferenciada.

Sobre as implicações de tecnologia digital na gestão escolar, tendo como plano de fundo o Programa Jovem do Futuro que proporciona uma relação entre o público e o privado, Balduino (2020) infere que o

programa traz para o ensino público a lógica de mercado e acaba por responsabilizar as escolas pelos resultados, o que interfere diretamente nas propostas pedagógicas, não respeitando as realidades diversas desse ambiente, comprometendo a autonomia da gestão escolar que conseqüentemente fere o princípio de gestão democrática, visando alcançar a formação de futuros trabalhadores que venham a suprir as necessidades do setor privado.

Categoria 2 - Os benefícios do uso das tecnologias para o aprimoramento da gestão escolar

Ao buscarem investigar a incidência do uso de tecnologias digitais (TDs) nas práticas de gestão em escolas públicas de Portugal, durante um ano letivo, Piedade e Pedro (2014) verificaram médias favoráveis que apontaram a auto eficácia destes na utilização das TDs e maior ainda o uso efetivo destas na realização de suas atividades laborais. Todavia, no que se refere ao uso das TDs no campo da comunicação entre os sujeitos da educação, houve uma redução, o que mostra a necessidade de se voltar para este aspecto com o intuito de estimulá-lo, sendo necessário, por parte dos gestores escolares, investir em formação voltada eles mesmos, para que possam efetivamente implementar as TDs em seu ambiente escolar. Para os diretores, existem fatores importantes que

favorecem a integração das TDs no espaço escolar, tais como: professores motivados, valorizados, com espírito inovador, diversidade de softwares, entre outros, sendo as práticas docentes o caminho mais efetivo para integrar as tecnologias no ambiente escolar.

Nesta mesma perspectiva, Carlos, Pombo e Loureiro (2018) buscaram demonstrar os resultados obtidos a partir da implantação do conceito de Edulab, voltado para a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e o uso de da tecnologia digital pelos professores e alunos. Os autores evidenciaram mudanças significativas nos professores em suas práticas, partindo do princípio da adoção para a adaptação às TICs, agregando as suas aulas dinamismo, eficiência e motivação com importantes contribuições para aprendizagens ativas e significativas, aprimorando as práticas pedagógicas dos professores no que diz respeito ao uso das TDs. O objetivo foi satisfatoriamente alcançado porque o foco não se restringiu a apenas introduzir as TDs na sala de aula, mas principalmente, por focar na formação e apoio aos docentes, assim como na avaliação da influência das TDS no processo de ensino-aprendizagem, tornando possível modificar e otimizar as estratégias pedagógicas, estendendo a duração e a abrangência do programa por um longo período.

CONCLUSÕES

Com a realização desta revisão sistemática e a elaboração das categorias que compuseram este trabalho, evidenciou-se a existência de importantes desafios para a implantação eficiente das tecnologias no ambiente escolar, seja ela qual for, especialmente quando estas são direcionadas à gestão, observando-se uma importante escassez de artigos sobre o tema. Esta realidade se dá, muito provavelmente, porque o gestor (diretor) escolar é, antes de mais nada, um professor e os desafios enfrentados se esbarram na necessidade de se priorizar uma formação continuada,

voltada para o uso das tecnologias em associação com a prática pedagógica.

Faz-se necessário investir em infraestrutura, aliada, prioritariamente, ao processo pedagógico que busque incorporar estas ferramentas ao processo de ensino-aprendizagem. Todas as tecnologias são válidas e fundamentais e precisam estar alinhadas a soberania do processo educativo, tendo como foco principal os seus agentes que precisam sempre ser valorizados e contemplados. Neste contexto, é imprescindível a realização de mais estudos sobre o tema para que se possa discutir e buscar soluções eficientes.

REFERÊNCIAS

BALDUINO, M. A.C. Programa Jovem de futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 233-243, abr./jun. 2020.

CARLOS, V.; POMBO, L.; LOUREIRO, M. J. Integração pedagógica das TIC no contexto de um Edulab – reflexão e sistematização de boas práticas (Projeto AGIRE). **Da investigação às práticas**, v.8, n.1, p. 22-41, 2018.

ECHALAR, A. D. L. F.; PEIXOTO, J. Programa um computador por aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 393-413, abr./jun. 2017.

FADEL, L. M. et al. **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

FONTE, M. B. G. **Tecnologia na escola e formação de gestores**. Dissertação [Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 2004.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7ª ed. São Paulo, SP.: Papirus, 2003.

PIEIDADE, J.; PEDRO, N. Tecnologias digitais na gestão escolar: práticas, proficiência e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, v.27, n.2, p.109-33, 2014.

WICHNOSKI, Paulo. Obstáculos emergentes da prática de ensino com a investigação matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 34, n. 67, p. 604-627, ago. 2020.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

MULHERES TRANS E ALOCAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS: IMPLICAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA PENA DE PESSOAS TRANSGÊNERAS SOB A ÓPTICA DO STJ NOS PRESÍDIOS ALAGOANOS

*Carla Waleska Gomes de Araujo*¹
*Nivania Maria Santiago de Arruda*²

RESUMO

O presente artigo tem objetivo estudar a alocação de mulheres Trans no sistema prisional brasileiro, sob à luz do STJ. Tomando como ponto de partida a diferença entre gênero e sexo, abre-se um questionamento a respeito da alocação de um indivíduo transexual a uma unidade prisional: Uma mulher trans deve ser alocada em um presídio masculino ou feminino? A metodologia utilizada foi a de compilação bibliográfica e estudo dos posicionamentos doutrinários, artigos e notícias. Inicialmente aborda-se, em uma visão geral, o conceito de transexualidade e a identidade de gênero. Em seguida, há o detalhamento dos direitos e garantias dos LGBT's, sob o olhar dos instrumentos protetivos internacionais e nacionais, bem como a análise Habeas Corpus nº 152.491 pelo STF. Ao final, será analisado como ocorre o cumprimento de penas de mulheres trans nos presídios alagoanos.

Palavras-chave: Mulher Trans. Sistema Penitenciário. Direito

¹ carlawaleska@hotmail.com

² nivaniamaria@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão da diversidade sexual e identidade de gênero tem sido motivo de estudos em todo o mundo.

Dentro desta temática, há a necessidade de voltar-se para o sistema penitenciário, visto que neste local elas vivenciam punições não só pelo crime cometido, mas também pela expressão de suas identidades, principalmente pelo regime binário de gênero das prisões brasileiras. São inúmeros os relatos de estupro coletivo, cabelos cortados à força, hormonizações interrompidas bruscamente, imposição do uso de vestimentas e da permanência em celas masculinas, o que não condiz com suas identidades de gênero.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é investigar qual o lugar do cumprimento da pena de privação de

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breve conceito de pessoas transgêneras

Inicialmente, para um maior entendimento do assunto, faz-se necessário entender o que é transgeneridade. Faz-se necessário então compreender transexualidade para entender a diferença

liberdade da mulher trans no sistema prisional alagoano.

Tomando como ponto de partida a diferença entre gênero e sexo, abre-se um questionamento a respeito da alocação de um indivíduo transexual a uma unidade prisional: Uma mulher trans deve ser alocada em um presídio masculino ou feminino?

A metodologia utilizada foi a de compilação bibliográfica e estudo dos posicionamentos doutrinários, artigos e notícias, partindo do conceito de pessoas transgêneras, analisando a legislação nacional e internacional voltada para a proteção das pessoas transgêneras, com destaque para o Habeas Corpus nº 152.491, julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Ao final, foi detalhado os critérios utilizados pelo sistema penitenciário alagoano para alocar as mulheres trans.

natureza qualitativa, com análise de conteúdo de livros e documentos adquiridos em bibliotecas físicas e virtuais.

entre sexo biológico e gênero.

Martins (2014) ao diferenciar gênero de sexo afirma que sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa; gênero, por sua vez, está ligado à sua construção social como sujeito masculino e feminino, focalizando os processos de formação da feminilidade e masculinidade.

Assim, o termo sexo se refere ao biológico, voltado para o masculino ou feminino, e o termo gênero se refere à produção social como masculino ou feminino.

Pinto (2003) ao analisar as relações entre sexo e gênero afirma que na maioria dos casos, a identidade de gênero corresponde ao sexo biológico, em que pessoas nascidas com o sexo masculino se identificam em sua subjetividade como homens, ou pessoas que nasceram com o sexo biológico femininos e identificam como mulheres. Porém, nem sempre há tal correspondência, o que define-se como transexualidade, em que a identidade de gênero não condiz ao sexo biológico

Neste contexto, uma pessoatransexual pode ser definida como alguém que busca adequar-se a sua identidade de gênero, sendo reconhecida pelo gênero e não pelo sexo biológico.

Bento (2008) define que os transexuais são pessoas que ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo pode ser capturado pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência.

Morici (1998) complementa essa definição o transexual reúna em seu corpo todos os atributos físicos de um dos sexos, seu psiquismo pende, irresistivelmente ao sexo oposto. Mesmo sendo biologicamente normal, demonstra um profundo

inconformismo com o sexo anatômico e intenso desejo de modificá-lo.

Implicações para o cumprimento da pena de pessoas transgêneras sob a óptica do stf

Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal Brasileiro julgou o Habeas Corpus nº 152.491 que determinou a transferência de duas travestis para uma unidade prisional compatível com suas identidades de gênero, recolocando na esfera pública aspectos relevantes acerca da discriminação que a população LGBTT sofre dentro do sistema prisional.

Devido a sua relevância e considerando a existência de relativamente poucas decisões do STF que envolvem diretamente a sua proteção e promoção do direito da população LGBTT, a decisão se tornou um importante marco para o tratamento jurídico do tema.

A mencionada decisão foi fundamentada pelo Ministro Luís Roberto Barroso Resolução Conjunta nº 1, de 15.04.2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; e da Resolução SAP nº 11, de 30.01.2014, do Estado de São Paulo

A Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação cita os seguintes tratados de direitos humanos que o Brasil ratificou:

A Declaração Universal dos Direitos

Humanos (1948), que regulamentou o direito à Vida; Liberdade; Segurança pessoal; Não tortura; Direito de ser reconhecido como pessoa e Igualdade.

Santos (2020) ao fazer uma releitura desta Declaração Universal, afirma que:

Fazendo uma releitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos é possível afirmar que **todas as pessoas transexuais e travestis têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Artigo III), não devem ser submetidas à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (Artigo IV).** Ademais, é importante afirmar que todas as pessoas transexuais e travestis **têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecidas como pessoa perante a lei (Artigo VI), tendo direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei, inclusive proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (Artigo VII).** (Grifo nosso).

Desse modo, a Declaração Universal de Direitos Humanos afirma a igualdade entre os seres humanos, de direitos e deveres, destacando dentro desta o respeito à igualdade o direito à diferença e à diversidade, assegurando-lhes um tratamento especial.

A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) (1969) visa garantir o direito à vida, bem como a integridade física, psicológica e moral da pessoa humana.

A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo (2002), que garante o direito a não tortura e não tratamento cruel. Assim, é dever dos estabelecimentos penais proteger as pessoas que estão privadas, assegurando-lhes um tratamento respeitoso e digno.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos (2015), por sua vez relacionam-se com Respeito à dignidade, não discriminação, segurança, respeito e a autoatribuição de gênero.

Regra 7

Nenhuma pessoa deve ser admitida num estabelecimento prisional sem uma ordem de detenção válida. As seguintes informações devem ser adicionadas ao sistema de registro do recluso, logo após a sua admissão: Informações precisas que permitam determinar a sua identidade, respeitando a autoatribuição de gênero.

Regra 11

As diferentes categorias de reclusos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes zonas de um mesmo estabelecimento prisional, tendo em consideração o respectivo sexo e idade.

Assim sendo, fica reafirmado o respeito à pessoa presa, independente de sua orientação sexual e/ou de gênero, tanto por parte dos policiais penais quanto pelos funcionários encarregados de fazer cumprir a Lei.

As Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas (As Regras de Bangkok) (2016) focalizam regras para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.

Os Princípios de Yogyakarta (2007) dispõem sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

Cavalcante (2011) complementa a importância deste olhar diferenciado para o público LGBT afirmando que eles esboçam uma série de normas a nível global, as quais buscam assegurar os direitos humanos eventualmente violados pela orientação de sexual ou identidade de gênero. Tais princípios foram positivados oficialmente em novembro de 2006, na Indonésia. E ao lado de cada um, há recomendações dirigidas aos Estados, resguardando a dignidade da pessoa presa.

Outra resolução citada na decisão é a Resolução SAP nº 11, de 30.01.2014, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário.

Dentre os parâmetros estabelecidos pela referida Resolução, estão elencados diversos direitos, destacando-se:

Art. 2º - A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade **tem o direito de ser chamada pelo seu nome social,**

de acordo com o seu gênero.
Parágrafo único - O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter o nome social da pessoa presa.

51 Art. 3º - Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, **deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.**

52 Art. 4º - **As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.**

Parágrafo único - Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

53 Art. 5º - **À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver,** garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.

Através desta resolução, há a efetividade dos direitos da população trans encarcerada salvaguarda os direitos e garantias dessas pessoas, embasados no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Meirelles (2015) corrobora com este pensamento, reafirmando a importância de um olhar diferenciado para o público trans encarcerados, uma vez que devemos levar em consideração o desdobramento preconceituoso que incide não só na sua condição transexual, com também na sua condição enquanto privado de liberdade.

Ainda convém lembrar O ministro Barroso (2019) justificou a sua decisão fazendo referência à Constituição Federal de 1988 que estabeleceu um Estado Democrático de Direito com o objetivo de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. Foram citadas proteção: (i) ao direito à vida, à liberdade e à segurança (ii) à vedação à tortura e ao tratamento desumano e cruel e (iii) à proibição de tratamento discriminatório.

Ainda no âmbito Constitucional foram citados vários Princípios como o da dignidade humana, o direito à não discriminação em razão da identidade de gênero ou em razão da orientação sexual, o direito à vida e à integridade física, direito à saúde, vedação à tortura e ao tratamento desumano ou cruel

Portanto, é dever dos Estados de zelar pela não discriminação em razão da identidade de gênero e orientação sexual, devendo adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade física e psíquica das mulheres transexuais, levando em conta os abusos que sofrem no cárcere. Inclusive alerta que não se trata de uma opção aberta ao poder público, para que se escolha como proceder sobre essa situação, trata-se, porém, de uma imposição decorrente dos princípios constitucionais da “dignidade humana, da liberdade, da autonomia, da igualdade, do direito à saúde

e da vedação ao tratamento cruel e à tortura” (STF, 2019, p. 13).

O cumprimento das penas por pessoas transgêneras nos presídios de alagoas

O Brasil, em 2017, possuía a 3ª maior população carcerária do mundo, de acordo com levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em Alagoas, o número de reeducandos recolhidos em unidades prisionais ultrapassa a marca de 4 mil pessoas. Dentro desse público encontra-se a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT)

Objetivando assegurar os direitos humanos do segmento LGBT no sistema prisional alagoano, as Secretarias da Ressocialização e Inclusão Social (SERIS) e da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas (SEMUDH), elaboraram uma portaria conjunta, tomando como pressuposto a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Plano Estadual de Direitos LGBT.

Neste sentido, Alagoas é um dos poucos estados do país que tem uma política de atenção voltada para o segmento LGBT, estabelecendo parâmetros para o acolhimento desse público.

A portaria veda qualquer tipo de discriminação fundada na orientação de gênero e cometida por parte de funcionários da administração penitenciária ou

particulares. Isso pode ser constatado no art.

2º in verbis:

Art. 2º E vedada toda e qualquer forma de discriminação por parte de funcionários da administração penitenciária ou de particulares fundada na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa privada de liberdade, assegurando-se aos presos e presas o respeito à sua liberdade de autodeterminação.

Acrescido a isso, a portaria assegura o direito do público LGBT de ser tratado pelo nome social, de acordo com o seu gênero, sendo este mantido no registro no prontuário e todos os demais documentos oficiais gerados pela SERIS

Art. 5º A pessoa travesti ou mulher e homem transexual em privação de liberdade tem o direito de ser tratada pelo nome social, de acordo com o seu gênero.

I- Entende-se por nome social aquele pelo qual pessoas travestis, mulheres transexuais e homens transexuais querem ser tratados;

Art. 7º No momento da realização do procedimento Porta de Entrada deverá ser informado a travesti ou transexual sobre o direito ao tratamento nominal nos atos e procedimentos da pasta.

§ 1º O nome social informado passara a ser utilizado no Sistema de Administração Penitenciário, em seu prontuário e todos os demais documentos oficiais gerados pela Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS);

§ 2º O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais,

acompanhado do nome social escolhido.

Além disso, permite-se a implantação de um lugar específico para abrigar travestis e transexuais no cárcere, e estabelece a realização de campanhas educativas sobre a diversidade, orientação sexual e identidade de gênero que devem ser executadas através da Escola Penitenciária.

Art. 8º As unidades prisionais podem implantar, depois de análise de viabilidade cela ou ala específica para população de travestis e transexuais de modo a garantir sua dignidade, individualidade e adequado alojamento.

§1º Para isso deve-se analisar o interesse da população assistida evitando assim segregação social ou quaisquer formas de discriminação negativa em razão da identidade de gênero ou orientação sexual.

§2º Fica assegurado aos travestis e transexuais o uso de roupas íntimas, feminina ou masculina, conforme seu gênero, bem como é facultada a manutenção do cabelo na altura dos ombros.

§3º A aplicação das medidas acima devem observar os critérios de segurança e disciplina considerando as particularidades de cada estabelecimento prisional.

O que se observa na prática, é que a portaria supramencionada visa assegurar os direitos humanos do segmento LGBT no sistema prisional alagoano. No entanto, em vários aspectos a teoria diverge da prática.

De acordo com o diagnóstico nacional do tratamento penal de pessoas

LGBT nas prisões do Brasil publicado em 2020. A partir de 2017, com a emissão de uma portaria que regulamenta os parâmetros de acolhimento de LGBT nas unidades prisionais do estado de Alagoas, foi criada na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira uma cela denominada módulo de acolhimento.

No entanto, o isolamento dessas mulheres apresenta outros tipos de problemas,

Evidentemente, a criação da galeria é um fato que precisa ser comemorado e encarado, no contexto atual, como uma vitória da luta por direitos humanos. Mas não é obastante para que as travestis acessem um padrão melhor de cidadania, uma vez que o discurso da proteção e da segurança que a galeria traz não é de modo algum plenamente garantido pelo Estado, já que elas abrem mão de acessar outros direitos em detrimento de um reduto menos violento: passam a maior parte do dia enclausuradas [...] (AGUINSKY; FERREIRA; CIPRIANI, 2014, p. 301)

Observa-se assim, que as determinações da portaria foram cumpridas parcialmente. Inicialmente, observa-se pelos depoimentos dos agentes e reeducandos, que não há uma ala específica para o grupo LGBT, pois o chamado Módulo de Acolhimento, ou apenas acolhimento, conta com a ocupação de pessoas LGBT, idosos e pessoas com adoecimento mental.

Desse modo, segundo o depoimento dos custodiados, Segundo relatos, o público que divide esse espaço com a população TRANS não seria fisicamente hostil, mas, também, não seria uma população com a qual haveria integração, além do importuno sexual e comportamento repressivo por parte dos idosos, bem como práticas precárias no tratamento dos doentes mentais.

Uma outra opção seria a transferência do público TRANS para outro módulo (denominado módulo 3), onde se encontram os custodiados que cometeram os crimes sexuais, pois são os únicos que aceitam convivência com o público LGBT. Assim sendo, a falta de espaço específico para LGBT produz a não aderência à política de criação de um módulo de acolhimento.

Salienta-se, neste contexto, eles ficam mais vulneráveis a sofrer violência interna, visto que quando há rebeliões internas, os primeiros alvos são os custodiados por crimes sexuais e o público LGBT.

Ainda convém lembrar, que embora estabelecido no § 2º do artigo 8º a faculdade de se usar o cabelo nos ombros e roupas de acordo com sua orientação sexual, depreende-se dos relatos dos próprios Agentes Penais, bem como dos custodiados TRANS, a obrigatoriedade de ser raspar a cabeça logo na triagem, inclusive com o uso

de tratamento violento, além da imposição do uso de roupas masculinas.

Na verdade, apesar da existência da portaria como um meio de resguardar os direitos do público LGBT, não há qualquer garantia de que as práticas estipuladas estão sendo cumpridas.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, constatou-se que sistema penitenciário brasileiro se baseia no critério binário sexual para dividir os presos, ou seja, nossa população carcerária é dividida em homens e mulheres. Desse modo, existem inúmeras dificuldades, limites e críticas frente à realidade das mulheres transexuais encarceradas.

Dentro do sistema prisional, essas mulheres sofrem diversas violências não só pelos demais detentos com quem dividem o espaço prisional, mas também pelos agentes penais e diretores, que deveriam constitucionalmente garantir a proteção e a integridade física e psíquica de todos os custodiados.

Apesar de alguns avanços legislativos como julgados recentes do STJ E STF, não há um entendimento pacífico em relação ao cumprimento da pena nos

Neste Interim, faz-se necessário garantir a monitoração dos parâmetros estabelecidos na portaria, bem como a adequação das unidades aos parâmetros de acolhimento, para que possa haver o respeito aos direitos humanos de pessoas LGBT no sistema prisional alagoano.

presídios pelas mulheres Trans. Sendo assim, perene a teoria normativa do binarismo de gênero adotada pela sociedade, que continua restringindo o direito líquido e certo aos gêneros que contrariam o padrão, violando principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana.

O Estado de Alagoas tem se destacado como um dos pioneiros no país, o qual possui uma política de atenção voltada para o segmento LGBT, estabelecendo parâmetros para o acolhimento desse público diante de sua orientação de gênero.

Há ainda uma longa caminhada a ser seguida em busca da preservação da dignidade da pessoa humana nos estabelecimentos prisionais. Não se objetiva, na verdade, um tratamento desigual, mas somente a possibilidade de se ter uma qualidade de vida e a garantia dos direitos básicos oferecidos a todos os outros alocados.

REFEFÊNCIAS

- ANDRADE, V.R. P. “**Violência sexual e sistema penal. Proteção ou duplicação da vitimação feminina?**”, in: **Feminino Masculino. Igualdade e Diferença na Justiça** (Denise Dourado Dora, org.). Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.
- ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 14, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?scrip=art&pid=S1413-81232009000400020>. Acesso em 21 set. 2020.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 julho 2020.
- BRASIL. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 25 agosto 2020.
- BRASIL. **Presidência da República; Conselho Nacional De Combate À Discriminação (CNCd). Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014**. Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. 2014.. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25437433_R ESOLUCAO_CONJUNTA_N_1_DE_15_DE_ABRIL_DE_2014.aspx . Acesso em: 30 agosto 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Bangkok Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Série Tratados Internacionais de direitos humanos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/>
- DIAS, M. B. Liberdade sexual e direitos humanos. **In: Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família: Família e cidadania**. IBDFAM/OAB-MG, Belo Horizonte, 2002
- FERREIRA, G. G. Políticas de tratamento penal para LGBTI+ no mundo. **In: FERREIRA, G. G.; KLEIN, C. C.(Orgs.). Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Devires, 2019.
- GUIMARÃES, G. F. **O transgênero e o gênero não-binário no sistema penal: suas convergências, influências e problematizações**. 2014
- LEVY, T. Crueldade e Cruza do Binarismo. **In: CASCAIS, António Fernando (Org.). Estudos Gays, Lésbicos e Queer**. Lisboa: Fenda, 2004
- MEDEIROS, P. A. **A Realidade Do Sistema Prisional Brasileiro E A Ineficácia Da Pena Privativa De Liberdade: Uma Análise Humanitária**. Monografia, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1642/1/PalomaMedeiros.pdf>>. acesso em: 10 out. 2019
- MORICI, S. Homossexualidade: um Lugar na História da Intolerância Social, um Lugar na Clínica. in **Homossexualidade. Formulações Psicanalíticas Atuais**. Porto Alegre: **Artmed**. 2020
- PINTO, M. J.C.; BRUNS, M.A.T. **Vivência transexual: o corpo desvela seu**

drama. Rio de Janeiro: Átomo, 2003

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA.

Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf

RODRIGUES, F. “**Sistema Penitenciário E Exclusão Social: Um Olhar Sobre A Realidade Das Prisões Brasileiras**”. Jacarezinho. 2012

SANTOS, I. P. R.; GOMES, C. M. Travestis no sistema carcerário do Distrito Federal: gênero e cárcere entre narrativas e normas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 146, 2018.

Disponível em:

<https://bdjur.tjdft.jus.br/xmlui/handle/tjdft/41236>. Acesso em: 09 jul. 2020

SANTOS, T. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em:

[http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-informacoes-penitenciarias-](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-informacoes-penitenciarias-6/relatorio_2016_22111.pdf)

[6/relatorio_2016_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-informacoes-penitenciarias-6/relatorio_2016_22111.pdf) Acesso em: 07 maio 2020

STF. ADI 4275-1/600. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>>. Acesso em 18 Set. 2019

vão, 2009. Anais...São Cristóvão: [s.n.], 2009.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA

Bernard Pereira Almeida¹

Rosineide Maria Rocha Tavares²

RESUMO

A degradação do meio ambiente, atualmente, se mostra constante e pode ser observada em todo o mundo. Embora a natureza seja essencial à sobrevivência humana, a preocupação com sua preservação tem sido colocada de lado. Porém, a destruição do meio ambiente coloca em risco o futuro dos próprios seres humanos e, tomando conhecimento disso, ensinamentos voltados à conscientização a respeito dessa questão tornam-se cada vez mais importantes. Pensando nisso, o presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise sobre a importância do ensino da educação ambiental nas escolas como uma maneira de formar pessoas que, na sociedade, atuem de forma crítica e consciente em relação aos diversos problemas ambientais, lutando por alcançar a preservação do meio ambiente. Essa análise se deu referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que a criança inicia seu desenvolvimento motor, cognitivo e social. Para tal, partiu de uma revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa, por meio da qual pode coletar dados necessários à elaboração do estudo com um levantamento de fontes teóricas. Assim, pode concluir que o ensino da educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental é essencial para futuramente amenizar os impactos decorrentes da degradação ambiental, pois leva aos indivíduos, ainda na sua infância, informação, conhecimento e mudança de comportamento, permitindo-lhes, ainda, adquirir maior responsabilidade ambiental, ética e social.

Palavras-chave: Educação ambiental. Meio ambiente. Ensino. Anos iniciais.

¹ bernardadv@hotmail.com

² Rosineidetavares0209@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação ambiental é tratada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, por meio da qual foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental. Segundo a lei (BRASIL, 1999), a educação ambiental tem parte na educação nacional, permitindo ao indivíduo construir valores sociais e demais competências que se voltem para a conservação do meio ambiente. Nesse contexto, é um ensino que, como exposto no art. 2º da Lei nº 9.795/99, deve estar presente em todas as modalidades do processo educativo.

Com o intuito de conscientizar as pessoas quanto à má utilização dos recursos naturais e possíveis problemas consequentes da degradação do meio ambiente, que colocam em risco o próprio futuro dos seres humanos, esse ensino tem se mostrado cada vez mais importante, evoluindo como uma necessidade de se repensar a relação homem/natureza sob outra ética (ANZILIERO, 2014).

Mas, como a educação ambiental pode cooperar para a conscientização dos seres humanos em relação aos problemas ambientais, principalmente num momento em que em todo o mundo cresce o número de “ataques” ao meio ambiente? Pensando nessa questão, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a importância do ensino da educação

ambiental nas escolas como uma maneira de formar pessoas críticas e conscientes dos diversos problemas ambientais e da necessidade de preservação do meio ambiente.

Espera-se com esse estudo responder questões voltadas às possíveis consequências da degradação do meio ambiente aos seres humanos, à forma como a educação ambiental contribui para formar cidadãos conscientizados no que diz respeito a preservação desse ambiente, e como esse ensino pode ser aplicado nas escolas brasileiras de forma que, desde a infância, seja enraizado nas pessoas esse entendimento.

Essa pesquisa se justifica pelo anseio em colaborar para que esse cenário hoje visto, de destruição do meio ambiente, seja alterado através da conscientização. É esperado que, ao apontar os benefícios da inclusão da educação ambiental como ensino nas escolas brasileiras, possa-se formar futuros cidadãos preocupados em manter preservado um patrimônio responsável por garantir a sobrevivência dos seres vivos.

Logo, para alcançar os resultados pretendidos com o estudo, é aplicada uma metodologia de revisão bibliográfica. Esta, consiste em um levantamento de fontes teóricas, tendo como objetivo formular a contextualização da pesquisa, bem como

seu embasamento teórico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A importância da educação ambiental

Atualmente, o desrespeito ao meio ambiente tem alcançado níveis nunca vistos. Helen Briggs (2020), em reportagem da BBC News Brasil, chama atenção para o fato de que a destruição da natureza pelo homem cresce em ritmo catastrófico. Desde o ano de 1970, segundo dados apresentados pela jornalista, pode ser observada uma queda de cerca de 68% em 20 mil populações das mais diversas espécies de animais, entre pássaros, mamíferos, anfíbios, peixes e répteis, em consequência do estrago causado à natureza pela atividade humana.

Conforme expõe Alves (2016), o desmatamento de florestas, a poluição dos rios e mares, a liberação de gases poluentes na atmosfera, estão entre as principais e mais comuns atividades humanas que levam o meio ambiente ao seu desgaste. E embora a Lei nº 9.795/99, que trata a questão da educação ambiental, vise a redução de tamanha destruição e a preservação do meio ambiente, esse é um ato que não tem sido facilmente alcançado.

Ao tratar essa questão, a Lei estabelece:

Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio

dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Apesar de sua grande importância, a educação ambiental ainda é desconhecida por muitos cidadãos, comunidades e sociedades civis, até mesmo por operadores do Direito, como apontam Thomas et al. (2017). Isso se dá, principalmente, pela ausência de seu ensino nas escolas públicas e privadas do país, seja no ensino fundamental ou ensino médio.

O ensino da educação ambiental tem como objetivos fundamentais:

Art. 5º: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais,

com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999)

Entende-se, assim, que a educação ambiental consiste em um ramo da educação que tem o objetivo de disseminar conhecimentos sobre o meio ambiente para, então, cooperar com a preservação e conservação do meio ambiente, e, até mesmo, quanto à possibilidade da utilização sustentável dos recursos da natureza para evitar maior destruição desta.

O meio ambiente e sua relevância para a sobrevivência humana

Guerras e conflitos, bem como as muitas evoluções tecnológicas, não provocam mudanças apenas na sociedade, o meio ambiente é constantemente prejudicado por conta destes. Frente a essas questões, tornou-se cada vez mais nítida a necessidade de se preservar um ambiente que vem sendo constantemente destruído (THOMAS, et al., 2017).

Dessa forma, Conferências, Declarações, Recomendações e Leis

passaram a ser estabelecidas na busca pela preservação da natureza. Segundo Thomas et al. (2017), ainda no ano de 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, a primeira da história para debater as questões atinentes ao meio ambiente. Esta contou com a participação de unidades e agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), 113 Estados e 250 organizações não governamentais (ONGs).

Desta Conferência foi aprovada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Declaração de Estocolmo, que é considerada um marco histórico para a Educação Ambiental, pois, de acordo com Pedrini (2000), tornou-se um instrumento essencial na solução da crise ambiental internacional. Tal Declaração contou com a participação e aprovação do Brasil.

A partir da Conferência de Estocolmo foi produzido também o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, por meio do qual foram estabelecidas 109 recomendações para tratar as medidas internacionais para apoiar as ações de avaliação e de gestão, as atividades de gestão ambiental e o programa global de avaliação ambiental (PEDRINI, 2000).

Atualmente, o apoio ao meio ambiente tem sua importância cada vez mais perceptível. Isso se dá, segundo Santos, Reis e Tavares (2012), porque:

O planeta vivencia um período de constantes transformações no que se refere ao meio ambiente [...]. Toda a mídia expõe suas atenções para a ação dos seres humanos com a natureza, frente aos incêndios florestais, ao desmatamento, sobre a desigualdade social, dos bens produzidos, da justiça social, de igualdade, do direito e da alimentação, dentre outros. A paisagem natural historicamente vem se modificando com as intervenções dos seres humanos, deixando de ser uma paisagem natural e passando a ser uma paisagem transformada... (SANTOS; REIS; TAVARES, 2012, p. 133).

Dessa forma, a Educação Ambiental começou a ser apresentada como uma necessidade e direito do homem a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado, além de um instrumento indispensável à vida humana com dignidade, fosse às gerações da época ou às gerações futuras, a partir da compreensão de que apenas por intermédio da educação o ser humano seria capaz de se conscientizar quanto ao meio ambiente e questões ambientais (PIOVESAN, 2015).

Atualmente, é cada vez mais nítido que os riscos ambientais estão diretamente relacionados com o comportamento humano. Em grande parte, tratam-se dos imprevisíveis efeitos da globalização. O fato é que o progresso gerado pelo constante desenvolvimento tanto das ciências quanto da tecnologia tem se mostrado, segundo Arana e Klebis (2013), como uma fonte

potencial de autodestruição da sociedade industrial. Ainda, a partir destas, novos riscos de caráter global são produzidos, o que não apenas afeta o planeta e seu meio ambiente, mas também atravessa fronteiras nacionais e de classes sociais.

Logo, considerando que as questões ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, apresentando-se como uma questão que precisa ser trabalhada com todas as pessoas que fazem parte dessa sociedade (MEDEIROS, et al., 2011), a aplicação da educação ambiental como um ensino nas escolas brasileiras pode muito auxiliar para que, futuramente, cidadãos mais críticos e conscientes sobre essas questões tomem parte no enfrentamento dos problemas ambientais.

A educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental

Os anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, constituído do 1º ao 5º ano, envolvem a alfabetização e o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, por meio, principalmente, de atividades lúdicas, ou seja, jogos e brincadeiras que auxiliam um ensino prático. Dessa forma, a criança aprende não pela teoria, mas pela ação, executando movimentos que lhe divirtam, movimentos recreativos (ARRIADA, et al., 2013).

Segundo Marques (2017), as atividades lúdicas têm promovido uma

melhor e mais impactante aprendizagem nas crianças durante os anos iniciais do Ensino Fundamental. Por meio destas elas podem explorar mais sua criatividade e fortalecer seu lado emocional, bem como sua conduta no processo de ensino-aprendizagem. Isso ocorre porque, sendo, essas atividades, uma ferramenta pedagógica com a capacidade de despertar a imaginação da criança de forma significativa, em muito contribuem para o desenvolvimento cognitivo que estimula as relações interpessoais.

Segundo Brougère (2008, apud ARRIADA, et al., 2013, p. 75-76):

Essa cultura lúdica não está fechada em torno de si mesma, ela integra elementos externos que influenciam a brincadeira: atitudes e capacidades, cultura e meio social. Os brinquedos se inserem nesse contexto. [...] novas estruturas de brincadeiras, ou desenvolvimento de algumas em detrimento de outras, novas representações: o brinquedo contribui para o desenvolvimento da cultura lúdica. (BROUGÈRE, 2008, apud ARRIADA, et al., p. 75-76).

Com a utilização de jogos, brincadeiras diversas e brinquedos, é permitido à criança alcançar uma representação de ambientes e objetos externos em sua aprendizagem, ampliando sua imaginação e, assim, seu conhecimento (ARRIADA, et al., 2013).

A partir desse entendimento, pode-se considerar que um novo ensinamento, quando aplicado às crianças dos anos iniciais por meio de atividades lúdicas, pode ter maior efeito nessas crianças do que em crianças mais velhas ou, até mesmo, em pessoas adultas. Isso pode levar ao consenso de que o ensino da educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode causar maior comoção do que o mesmo ensino nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino médio ou Ensino Superior.

Segundo Medeiros et al. (2011, p. 2), “a educação ambiental é um processo pelo qual o educando começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais”. Nessa etapa, é inserida no estudante uma nova visão sobre o meio ambiente, na busca por tornar clara a necessidade da preservação e conservação do meio ambiente.

Badr (2011, apud THOMAS, et al., 2017, p. 22) coloca o ensino como uma “transmissão de conhecimentos, de informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação”. Quanto à educação, trata-se do nome dado ao processo de ensino que prepara um indivíduo para o exercício da cidadania, habilitando-o para o trabalho e a convivência social. Essa educação é formada a partir da transmissão de um conjunto de conhecimentos necessários, de

forma que possa contribuir efetivamente com o desenvolvimento pleno de uma pessoa.

Dessa forma, tomar a educação ambiental como um ensino é colocá-la como essencial, indispensável, útil à sociedade, útil à formação e desenvolvimento de cada pessoa, de forma que possa melhor contribuir para com o meio ambiente.

O ensino da educação ambiental nas escolas brasileiras

Santos, Reis e Tavares (2012) apontam que, sendo uma instituição responsável pela formação dos cidadãos, a escola tem o dever social de desenvolver um sistema de conhecimentos, habilidades e valores que sustentem um comportamento racional também sobre o meio ambiente, pois ele está presente na vida de todas as pessoas, queiram elas ou não. Para os autores, praticar a educação ambiental é essencial para a compreensão dos dilemas existentes atualmente em relação às questões ambientais.

Nesse contexto, deve haver uma interligação entre a Educação Escolar e a Educação Ambiental. Além do ensino já passado nas escolas, de acordo com Medeiros et al. (2011), os professores devem empenhar-se também na busca da melhoria do planeta e por melhores

condições ambientais por meio da Educação Ambiental.

Considerando que as questões ambientais estão cada vez mais presentes na sociedade e precisam ser trabalhadas no meio desta, entende-se que uma das melhores formas de se trabalhar é nas escolas, onde, ainda quando crianças, as pessoas são educadas e ensinadas sobre diversos temas de relevância à sociedade (MEDEIROS, et al., 2011).

A educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é importante que, mais do que informações e conceitos, a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental. (MEDEIROS, et al., 2011, p. 2-3)

Tornando-se nítida a importância desse ensinamento nas escolas brasileiras, novas propostas educativas, bem como novas visões de mundo, têm surgido na inserção da educação ambiental em escolas de Ensino Fundamental no Brasil (SOUSA, 2018). Uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ainda no ano de 2004, já apontava um aumento no ensino da educação ambiental nessas escolas.

A pesquisa do INEP demonstrou que, em 2004, o Estado do Amazonas possuía um índice de 92,5% de escolas de Ensino Fundamental que incluíram a educação ambiental em seus currículos. No Centro-Oeste, 73,2% dos estabelecimentos de ensino já haviam adotado essa política. O Estado de São Paulo contava com 65,9% de escolas com programas e projetos específicos sobre o meio ambiente. A Região Sul do país tinha 50,6% de escolas que praticavam o ensino da educação ambiental (INEP, 2004).

Atualmente, essas taxas se mostram reduzidas. Porém, a importância da implementação da educação ambiental nas escolas torna-se cada vez maior, principalmente por ter aumentado

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de

CONCLUSÃO

Com o intuito de trazer uma análise a respeito da importância do ensino da educação ambiental nas escolas brasileiras na luta por formar cidadãos críticos e conscientes sobre os muitos problemas ambientais, bem como a necessidade de preservação do meio ambiente, o estudo se dedicou a apresentar o conceito de Educação Ambiental, segundo a Lei nº 9.795/99, sua importância para a sociedade

consideravelmente o número de habitantes no planeta, chegando a cerca de 7,5 bilhões de pessoas.

Vieira (2020) aponta que essa implementação pode ser feita de forma simples e básica. Além da prática de jogos e brincadeiras com o tema “meio ambiente”, incentivar o consumo consciente de água e energia nas salas de aula, banheiros e bebedouros da escola, ensinar a importância das lixeiras recicláveis e fazer uma horta coletiva pode provocar grandes efeitos na aprendizagem das crianças, tornando-as futuramente, cidadãos conscientes da necessidade de preservação e conservação do meio ambiente.

natureza qualitativa, com análise de conteúdo de livros e documentos adquiridos em bibliotecas físicas e virtuais.

e sua aplicação como um ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Por meio desse estudo pode ser observado que a educação ambiental tem sua importância reconhecida em diversos documentos, sejam nacionais ou internacionais. No entanto, a degradação ao meio ambiente, atualmente, se mostra mais forte do que já se mostrou antes. O fato é que Conferências e Declarações a respeito da preservação do meio ambiente sem a conscientização dos seres humanos não

garante a conservação da natureza, pois os avanços tecnológicos e científicos têm sido colocados em primeiro lugar.

Nesse contexto, percebe-se que essa conscientização só pode ser alcançada através da educação, pois a educação é o que forma o cidadão. Dessa forma, pode-se entender que o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental como método de ensino está diretamente relacionado ao movimento ambientalista, pois é fruto da sensibilização sobre a problemática ambiental.

De fato, a educação ambiental vem de uma necessidade de reparação sobre o meio ambiente. Essa educação nos traz uma nova forma de ler a realidade e de como atuar sobre ela. Ela pode mudar hábitos, transformar a situação do planeta terra e ainda proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Porém, essa deve ser ensinada e praticada.

Assim, considerando serem os anos iniciais do Ensino Fundamental, normalmente, o período em que a criança melhor se desenvolve cognitivamente, bem como em suas ações, a aplicação do ensino da educação ambiental nessa etapa pode alcançar grandes impactos e moldar a forma como essas crianças veem o meio ambiente,

enxergando a necessidade da proteção deste até mesmo para a sobrevivência humana.

Nessa etapa é comum que as crianças aprendam por meio das atividades lúdicas, que são os jogos e brincadeiras, tendo em vista que, essas, melhor desenvolvem sua imaginação e criatividade.

A aplicação de atividades lúdicas para a aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental permite uma participação prática destas com o ensinamento que lhes é passado. Nesse sentido, o ensino da educação ambiental nessa etapa pode colocar a criança em contato com a natureza ainda nos primeiros anos de sua vida, com maiores chances de despertar, nesta, a conscientização buscada pela educação ambiental, ou seja, a necessidade da preservação do meio ambiente.

Pode concluir-se, então, que o ensino da educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental é essencial para futuramente amenizar os impactos decorrentes da degradação ambiental, pois leva aos indivíduos, ainda na sua infância, informação, conhecimento e mudança de comportamento, permitindo-lhes, ainda, adquirir maior responsabilidade ambiental, ética e social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. **Impactos ambientais**. In: CESMAC. **Meio ambiente: caderno 3**. Capítulo 1, p. 1-5, Centro Universitário CESMAC, Alagoas, 2016.
- ANZILIERO, D. M. **A importância da preservação de áreas naturais para a biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. 2014. 40 f. Monografia de Especialização (Especialização em Educação Ambiental). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2014.
- ARANA, A. R. A.; KLEBIS, A. B. S. O. **A importância da educação ambiental no contexto escolar: um estudo em presidente Epitácio-SP**. Curitiba: EDUCERE, 2013.
- ARRIADA, A. B.; FIORAVANTE, A. P.; ALVES, A. M.; MICHEL, C. B.; VALÉRIO, C. S.; BEHREND, D. M.; et al. **Práticas pedagógicas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: diferentes perspectivas**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2013.
- BRASIL (1999). **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRIGGS, H. (2020). **Destruição da natureza pelo homem tem ritmo ‘catastrófico’: a dura advertência de cientistas**. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/09/10/destruicao-da-natureza-pelo-homem-tem-ritmo-catastrofico.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- INEP (2004). **Aumenta o número de escolas com educação ambiental**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/aumenta-numero-de-escolas-com-educacao-ambiental/21206>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MARQUES, J. F. **A importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil**. 2017. 26 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, p.1-17, set. 2011.
- PEDRINI, A. G. **Trajetórias da Educação Ambiental**. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 21-87.
- PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. – 15º ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2º ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SANTOS, F. A. S.; REIS, S. R.; TAVARES, J. A. V. Educação ambiental e sua importância para a sociedade em risco: reflexão no ensino formal. **Educação e Comunicação**, Edição Internacional, p. 133-146, 2012.
- SOUSA, P. C. O. **Educação ambiental nas escolas: uma revisão de literatura**. 2018. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas). – Faculdade Araguaia, Goiânia, 2018.
- THOMAS, Carla; et al. **Educação ambiental: conceitos, histórico,**

concepções e comentários à Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99). Organizador: Eid Badr. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA (Mestrado em Direito), Editora Valer, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

VIEIRA, Luiza Padovam (2020).

Educação ambiental nas escolas: por que ela deve ser implementada? Disponível em:

<<https://querobolsa.com.br/revista/educacao-ambiental-nas-escolas-por-que-ela-deve-ser-implementada>>. Acesso em: 9 fev. 2021.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

SUS: SAÚDE E CIDADANIA

Júlia Cláudia Tenório¹

Suzana Peixoto de Araújo²

Marcelo Henrique Santos³

Rafael Vital dos Santos⁴

Celsa Maria Calheiros de Emeri Tenório⁵

RESUMO

No Brasil, saúde e cidadania estão intensamente ligadas. Isso se dá a partir do princípio da participação popular do SUS, que permite que o cidadão comum tenha poder de influenciar na qualidade dos serviços do sistema de Saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades. Na Metodologia deste artigo foram utilizadas pesquisas qualitativas com procedimentos e técnicas de revisão para o embasamento teórico do texto e pesquisas de artigos referentes ao tema estudado.

Palavras-chave: SUS e Cidadania; SUS; Cidadania; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

In Brazil, health and citizenship are closely linked. This is based on the principle of popular participation by SUS, which allows ordinary people to have the power to influence the quality of the health system services. The Unified Health System (SUS) is one of the largest and most complex health systems public health in the world, ranging from simple care for blood pressure assessment, through Primary Care, to organ transplantation, ensuring full, universal and free access for the entire population of the country. With its creation, SUS provided universal access to the public health system, without discrimination. Comprehensive health care, and not only assistance care, has become a right for all Brazilians, since pregnancy and for life, focusing on

¹ juliatenorio2017@gmail.com.br

² prof_suzanereis@hotmail.com

³ drmarcelo_psf_odonto@yahoo.com.br

⁴ vittalbio@hotmail.com

⁵ celsatenorio@hotmail.com

health with quality of life, aiming at prevention and health promotion. The Unified Health System (SUS) is composed of the Ministry of Health, States and Municipalities, as determined by the Federal Constitution. Each entity has its co-responsibilities. In the methodology of this article, qualitative research with review procedures and techniques was used for the theoretical basis of the text and research of articles related to the studied theme.

Key words: SUS and Citizenship; SUS; Citizenship; Health Unic.

INTRODUÇÃO

A saúde da população brasileira comprova os amplos problemas estruturais em que o país está passando na realidade de nossos dias. Isto porque existe uma relação entre saúde e condições de vida como mostram vários autores. O presente artigo aborda esta inclusão e coloca o exercício da cidadania como estratégia para reverter esta situação apavorante em que se depara a população brasileira. Como forma de conseguir um exercício eficaz da cidadania, considera-se fundamental desenvolver um procedimento educativo consistente durante o período de educação formal que, além de estar voltado para profissionalização, deve atuar no desenvolvimento dos cidadãos.

Quando se fala em cidadania, na conjuntura do SUS, enquanto direito à saúde, é preciso observar além do acesso à assistência de saúde. Esse conceito de cidadania pode ser exercido e desfrutado pelo cidadão por ações de efetivo controle das decisões da saúde pública.

O Brasil, país em desenvolvimento, apesar de possuir um grande potencial sócio-econômico, tem que lidar com problemas estruturais de difícil solução. Isto acaba por refletir na saúde da população, pois grande parte desta não possui condições de vida adequadas. A relação entre saúde e qualidade de vida vem sendo discutida há algum tempo e vários trabalhos

trazem como uma das principais causas das doenças existentes as más condições de vida, de trabalho, de habitação de uma população, preconizando reformas sanitárias, sociais e econômicas para o enfrentamento destas, como relata Buss (2000).

Minayo (2001) discutindo a problemática da saúde no Brasil observa que o quadro da saúde no país, incluindo a crescente violência urbana, está fortemente relacionado à grande desigualdade social existente. Além de outros fatores, também contribuem para a manutenção desta situação problemática a relação de domínio e submissão que ainda persiste no Brasil (MATUÍ, 2001).

A Promoção da Saúde surge então, como uma forte alternativa de atuação para a emancipação da população brasileira e melhoria das suas condições de vida e saúde. Suas estratégias de ação fundamentam-se na democracia, nas ações do Estado com políticas saudáveis, na intersetorialidade, na reorientação do setor saúde, propondo articulações e parcerias e, com relevância, no exercício da cidadania através da capacitação da população para a participação na formulação de políticas públicas saudáveis e nos processos de decisão (AERTS et al, 2004).

A Saúde – enquanto campo ideológico – não é neutra, expressa o resultado do confronto entre as políticas

sociais e econômicas adotadas pelos governos não raras vezes ditadas por agrupamentos econômicos nacionais e internacionais e a pressão de movimentos sociais organizados. A área da Saúde veicula interesses e ideologias diversas, das quais identificamos, grosso modo, a disputa de dois grupos: um representado pelo pensamento neoliberal que defende o modelo privatista e elitista das práticas de saúde, com ênfase na utilização de tecnologia pesada; o outro construído à luz do socialismo, idealiza um sistema de saúde público, equânime, de alcance coletivo. Assim, a Saúde não deve ser vista como área isolada uma vez que sofre e exerce pressão dos e sobre outros setores da sociedade; é um campo de saber, portanto local de disputa de relações de poder (BRÊTAS, Oliveira, 1999).

No âmbito das políticas públicas, pode-se afirmar que a institucionalização do SUS representou uma conquista do setor

METODOLOGIA

A abordagem e a estratégia metodológica definida por este estudo procedem de revisão de literatura, cujas fontes de pesquisas são derivadas da utilização de artigos científicos nacionais e internacionais a partir de consultas às bases de dados do SUS (Sistema Único da Saúde) e de fontes de pesquisas derivadas da

que compreende a saúde como um direito humano, resultado de mobilização e luta de atores e atrizes sociais e políticos comprometidos com os preceitos de igualdade de direitos e universalidade. No entanto, várias vezes ele tem sido alvo de políticas de cunho neoliberal que buscam rever os preceitos constitucionais visando destituir do Estado o dever de assegurar a saúde como um direito ao conjunto da população brasileira, pautadas na crença de que a saúde é uma mercadoria e, como tal, passível de comercialização. A Constituição Federal brasileira assegura que o seu financiamento é de corresponsabilidade da União, estados e municípios, sendo que a Lei 8.080/90 exige que os recursos financeiros destinados ao SUS sejam depositados em contas (Fundos de Saúde) em cada esfera de governo e que somente sejam movimentados sob a fiscalização dos Conselhos de Saúde (BRASIL, 1991).

utilização de artigos científicos e livros, cujos assuntos abordados nos mesmos referem-se ao tema tratado. Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas pesquisas qualitativas com procedimentos e técnicas de revisão para o embasamento teórico do texto e pesquisas de artigos referentes ao tema estudado.

O método da análise de conteúdo foi utilizado para a análise qualitativa, trata-se de um conjunto de técnicas que visa obter,

por metodologia ordenada e objetiva, a explicitação e sistematização do conteúdo de documentos ou mensagens, por meio da construção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

SUS e cidadania

No tocante ao exercício de nossa cidadania, é evidente que com dificuldades locais, avançamos em termos de participação e controle social, mas ainda temos e sofremos muitas interferências de ordem política partidária e econômica que comprometem este exercício. Mesmo identificando e considerando os avanços em todos estes anos de existência, é fato que o SUS é ainda um projeto que esta em disputa na sociedade brasileira, e seus princípios necessitam ainda serem efetivados em toda sua magnitude. Lamentavelmente muitos governantes e parlamentares, aqueles que nós elegemos e colocamos em postos chaves da administração publica sejam nos municípios, nos estados e na união entendem e afirmam que o SUS é um sistema de saúde para os pobres, e a classe média cada vez se distancia mais do SUS no dia a dia, mas o utiliza até com privilégios quando se vê sem alternativas por parte dos grandes grupos da Saúde Suplementar que

A coleta das informações foi obtida por meio de pesquisas efetuadas dos teóricos mencionados nas referências bibliográficas e foi realizada e construídos em conformidade com as normas da ABNT.

diretamente com o SUS (OLIVEIRA, 2019).

se verificarmos com lupa hoje ela concorre

Ainda conforme Oliveira, em sua análise da Conjuntura Política do SUS para esta digamos breve análise de conjuntura, necessitamos também reconhecer que o SUS enfrenta dilemas que precisam ser superados, para que possa avançar mais e se consolidar, garantindo assim, um atendimento de qualidade para toda a população conforme pudemos verificar nas várias questões elencadas recentemente no Seminário Nacional de Atenção Primária e no de Relação Público x Privado, importante resgatar que estamos falando e reiterando o que já demanda dos Relatórios das últimas Conferências de Saúde.

Neste sentido o que temos: O subfinanciamento, um modelo de atenção ainda voltado para a doença e não para a saúde, por exemplo, que de certa forma estão relacionados há um conjunto de fatores sociais e econômicos, que podem e devem ser superados se definitivamente contarmos com os sujeitos político que façam a sua defesa nos mais variados

espaços e que não usem o SUS como moeda de troca ou em período das eleições partidárias onde vemos muitos falando do SUS com propostas boas, mas muitas absurdas. Esta é a análise de conjuntura que esta posta, mas que não se encerra aqui temos ainda que: Fortalecer a participação e o controle social sobre todas as instâncias e os agentes que fazem parte do SUS, fortalecendo seu atores/sujeitos às organizações da sociedade civil e os laços políticos que garantem a sustentabilidade das ações em saúde (OLIVEIRA, 2019).

Temos reconhecida acumulação histórica de formulações e proposições para ampliação dos debates e sua consistência com vistas aos pactos sociais. Além da importante proposição apresentada em setembro de 2015, há também o 'Manifesto Brasil-Nação', de março de 2017, com 172 subscrições originais, conhecido como Bresser-Pereira (PEREIRA, 2017), assim como o 'Plano Popular de Emergência', de maio de 2017, com 76 proposições sistematizadas em 10 itens da Frente Brasil Popular, além de outras que também poderiam ter acontecido com determinação após o mensalão ou após as mobilizações de 2013. Sem descuidar do aqui e agora das mobilizações e pactuações necessárias possíveis, tornou-se mais do que nunca inabdicável e inadiável a construção de objetivos e pactos para médio prazo que venham orientar o que fazer no prazo curto.

Já está insustentável o tensionamento do processo produtivo e da esmagadora maioria da população nas últimas décadas, devido à poderosa sucção da riqueza produzida pelo 'buraco negro' da acumulação financeira especulativa. Além do destino de mais de 50% do Orçamento Geral da União para os rentistas da dívida pública que retrai o investimento público no desenvolvimento, o investimento privado nas empresas é inibido pelos juros exorbitantes dos empréstimos pelos bancos privados e agências financeiras; e nas empresas maiores, intensificou-se a aplicação dos lucros no mercado financeiro inclusive em títulos da dívida pública, caindo o reinvestimento na empresa (SANTOS, 2017).

Ora, a esmagadora maioria da sociedade depende direta e exclusivamente do processo produtivo, formal ou informal: o trabalho assalariado e por produção, presencial ou não, autônomo, micro, média e grande empresa etc. São os trabalhadores miseráveis e sobreviventes com renda abaixo de 1 salário mínimo (6,6% da população), a massa de trabalhadores pobres com renda 1 a 2 salários mínimos (23,2%), trabalhadores classe média baixa com 2 a 5 salários mínimos (46,2%), trabalhadores classe média média com 5 a 10 salários mínimos (15%), totalizando até aqui 91% da população, aos quais podem ser acrescentados parte dos trabalhadores da

classe média alta, por volta de 5%, restando 3 a 4% de parte da classe média alta e elite que dependem do processo especulativo com descomunal e crescente concentração da renda (FRENTE BRASIL POPULAR, 2017).

SUS e o setor da saúde

A Saúde – enquanto campo ideológico – não é neutra, expressa o resultado do confronto entre as políticas sociais e econômicas adotadas pelos governos não raras vezes ditadas por agrupamentos econômicos nacionais e internacionais e a pressão de movimentos sociais organizados. A área da Saúde veicula interesses e ideologias diversas, das quais identificamos, grosso modo, a disputa de dois grupos: um representado pelo pensamento neoliberal que defende o modelo privatista e elitista das práticas de saúde, com ênfase na utilização de tecnologia pesada; o outro construído à luz do socialismo, idealiza um sistema de saúde público, equânime, de alcance coletivo. Assim, a Saúde não deve ser vista como área isolada uma vez que sofre e exerce pressão dos e sobre outros setores da sociedade; é um campo de saber, portanto local de disputa de relações de poder (Brêtas, Oliveira, 1999).

No âmbito das políticas públicas, pode-se afirmar que a institucionalização do SUS representou uma conquista do setor

que compreende a saúde como um direito humano, resultado de mobilização e luta de atores e atrizes sociais e políticos comprometidos com os preceitos de igualdade de direitos e universalidade. No entanto, várias vezes ele tem sido alvo de políticas de cunho neoliberal que buscam reverter os preceitos constitucionais visando destituir do Estado o dever de assegurar a saúde como um direito ao conjunto da população brasileira, pautadas na crença de que a saúde é uma mercadoria e, como tal, passível de comercialização.

Indubitavelmente o SUS é uma política de Estado, pública – não gratuita –, custeada por meio dos impostos recolhidos pelo governo. A Constituição Federal brasileira assegura que o seu financiamento é de co-responsabilidade da União, estados e municípios, sendo que a Lei 8.080/90 exige que os recursos financeiros destinados ao SUS sejam depositados em contas (Fundos de Saúde) em cada esfera de governo e que somente sejam movimentados sob a fiscalização dos Conselhos de Saúde (Brasil, 1991).

O Direito a Saúde, trata-se de um dos principais direitos conhecidos no Brasil, tendo importante destaque na CF, que define saúde como um direito social fundamental, de caráter universal, que deve ser assegurado pelo Estado e efetivado por intermédio de políticas sociais e econômicas.

São inúmeras as políticas públicas voltadas à promoção e garantia dos direitos mencionados na Constituição Federal. Iremos destacar no presente estudo três políticas presentes no cotidiano da população Brasileira a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a Política Nacional de Nutrição, e a política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde (HumanizaSUS) bastante difundidas no SUS e que ainda acarretam cotidianamente a busca efetiva da cidadania, deixando clara a existência de problemas na alocação financeira dos recursos na administração pública.

David Diniz Dantas ao analisar a justiça brasileira e a necessidade de sua humanização, comenta que:

Não adianta incluir na Constituição princípios lindos de justiça social, dignidade da pessoa humana, proteção aos pobres, solidariedade, se eu não os concretizo, se não os trago para o discurso judicial, se continuo aplicando o legalismo formal (DANTAS, 2007).

A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, reafirma a saúde como um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis para seu exercício integral, através da reformulação e execução de políticas econômicas e sociais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2019).

A saúde de uma população não depende apenas dos serviços de saúde e do uso dos medicamentos. Entretanto, é inegável sua contribuição e a importância do mesmo no cuidado à saúde. Como uma ação de saúde pública e parte integrante do sistema de saúde, a Assistência Farmacêutica é determinante para a resolubilidade da atenção e dos serviços prestados em saúde e envolve a alocação de grande volume de recursos públicos (CONASS, 2011).

Segundo A Política Nacional de Assistência Farmacêutica oferta ações e serviços de saúde essencial à população, com regulamentações definidas e financiamento tripartite, com o direcionamento de proporcionar ao usuário um serviço de qualidade.

A Política Nacional de Medicamentos (PNM), publicada pela Portaria GM/MS n. 3916, em 1998 tem como propósito “garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos. A promoção do uso racional dos medicamentos e o acesso da população àqueles medicamentos essenciais (BRASIL, 1998).

Essa política vem fortalecer os princípios e diretrizes constitucionais, permitindo aos gestores melhores condições da assistência à saúde da população e como parte essencial da Política Nacional de Saúde, constitui um dos elementos

fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população.

Dentre as condições indispensáveis, no tocante a este estudo, destaca-se também a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, recentemente atualizada pela Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011, segundo a qual, para a afirmação plena dos potenciais de crescimento e desenvolvimento do ser humano, a alimentação e nutrição são requisitos básicos, necessários para uma vida com qualidade e garantia de cidadania (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

A Constituição brasileira de 1988 menciona o direito à alimentação no rol dos Direitos Sociais, porém enfatiza o princípio da dignidade da pessoa humana já em seu artigo 1º, inciso III, como um dos princípios da República Federativa do Brasil. Ocorre que só se pode falar em “dignidade da pessoa humana” se seus direitos fundamentais forem, de fato, plenamente assegurados (SENADO FEDERAL, 2019).

O Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em Brasília (2006), realizou um balanço das iniciativas governamentais, constatando que, apesar dos avanços obtidos, a segurança alimentar e nutricional da população brasileira ainda

carece de ações prioritárias do Poder Público (LEÃO, 2017).

Apesar de a saúde ser reconhecida constitucionalmente como dever do Estado, o fornecimento de alimentos especiais por intermédio do SUS ainda demanda uma trajetória longa e cansativa na maior parte dos estados brasileiros. Uma das justificativas do Estado para a não garantia desse direito é a indisponibilidade de recursos financeiros e a falta de pactuação, porém, as iniquidades em saúde relacionadas aos recursos vão além de sua escassez, pois, no Brasil, grupos mais vulneráveis são diretamente afetados com a má gestão na distribuição desses recursos (SISSON, 2007).

A Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS (PNH) foi criada pelo Ministério da Saúde, em 2003, a partir do reconhecimento de experiências inovadoras e concretas que compõem um “SUS que dá certo”.

Há um pouco mais de uma década a PNH fomenta mudanças na atenção e na gestão ao convidar os sujeitos envolvidos a repensar e intervir no cotidiano da saúde pública brasileira. É uma iniciativa que busca provocar mudanças em modelos de gestão e de atenção, valorizando os diferentes sujeitos que participam do processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores (MARTINS, 2017).

Conforme, Nelson Santos (2010) “Ninguém conhece todo o SUS”, essa ideia, vinda de um dos formuladores do SUS e grande defensor da saúde universal brasileira, enfatiza a complexidade com as muitas nuances da experiência em andamento no país. O SUS é uma produção coletiva, e seus inúmeros entraves e riquezas só podem ser compreendidos quando olhados por muitos de nós. Partimos da proposta de Santos e atrevemo-nos a afirmar que a mesma serve para a PNH, assim como para outras políticas que agregam sujeitos ao primar pela produção de redes e agenciamentos no SUS.

O HumanizaSUS é mais do que a soma do Núcleo Técnico e da Coordenação Nacional que estão localizados em Brasília, assim como dos consultores regionais contratados pelo Ministério da Saúde. É uma política que buscar agregar profissionais e apoiadores em prol da implementação de um sistema humanizado que possibilite a reflexão e o debate entre as relações de contraste e distinção entre as diversas realidades vivenciadas oferecendo a possibilidade de influenciar e ser influenciado em seu cotidiano, ampliando o entendimento dos autores envolvidos e a busca e efetivação da cidadania (SANTOS, 2017).

O envolvimento de vários segmentos da sociedade possibilita o compromisso da humanização do SUS

fortalecendo a autonomia e protagonismo dos sujeitos, de corresponsabilidade entre eles, de solidariedade dos vínculos estabelecidos, dos direitos dos usuários e da participação coletiva no processo de gestão (VERDI, 2019).

O HumanizaSUS é mais do que a soma do Núcleo Técnico e da Coordenação Nacional que estão localizados em Brasília, assim como dos consultores regionais contratados pelo Ministério da Saúde. Na gestão federal há os consultores, grupo contratado pelo Ministério da Saúde, que, dentre outras tarefas, apoiam as ações de humanização nos territórios para os quais são referência (SANTOS, 2017).

Serviços do SUS

Fazem parte do SUS os centros e postos de saúde, hospitais – incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros, bancos de sangue, além de fundações e institutos de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. O sistema abrange desde a prevenção a procedimentos mais complexos como transplante de órgãos. O SUS é destinado a todos os cidadãos e é financiado com recursos arrecadados através de impostos e contribuições sociais pagos pela população e compõem os recursos do governo federal, estadual e municipal (BLOG. SAÚDE. GOV, 2020).

Os números dos SUS surpreendem.

Confira abaixo alguns dados:

- Em 2011, 145 milhões de pessoas dependiam exclusivamente do Sistema Único de Saúde no Brasil.
- Através do SUS é garantida assistência à urgência e à emergência nas ruas, por meio do SAMU.
- O sistema de saúde realiza, por ano, 3,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais e 500 milhões de consultas médicas.
- O SUS tem a maior rede de bancos de leite humano do mundo.
- O SUS tem mais de 100 milhões de pessoas cobertas na atenção básica.
- O SUS é o sistema de saúde no mundo que mais faz transplantes totalmente gratuito. Em 2012, o Brasil realizou mais de 24 mil

CONCLUSÃO

Concluindo, nosso sistema público de saúde vem cumprindo um papel determinado pela estratégia neoliberal global de outro modelo denominado “Cobertura Universal de Saúde”, um arranjo público-privado que confronta os melhores sistemas públicos de saúde do mundo e nossas diretrizes constitucionais. Mesmo assim, o SUS foi a política pública mais avançada, com militância mais militante e politizada desde a luta contra a ditadura e os debates constitucionais. Ainda

transplantes totalmente cobertos, gratuitos e públicos.

- São oferecidos gratuitamente 800 tipos de remédios nos hospitais e nos postos de saúde.
- 16,4 milhões de brasileiros fizeram ou fazem o tratamento de hipertensão, diabetes ou asma pegando remédios gratuitos.
- O governo está reformando e ampliando 20 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo 10 mil já com obras contratadas, e está construindo 5.000 novas unidades. 83,4 mil pacientes são mantidos em serviços de diálise na rede pública de saúde, sendo que 90% desse total fazem hemodiálise.
- Noventa por cento do mercado de vacinas no Brasil é feito pelo Sistema Único de Saúde (BLOG. SAÚDE. GOV, 2020).

assim, o SUS ampliou a cobertura de todos os serviços públicos para a metade mais pobre da população anteriormente descoberta.

Portanto, o que esse estudo procura mostrar é que para uma população atingir uma boa condição de saúde e qualidade de vida, considerando a relação existente entre ambas, é necessário muito mais do que um atendimento de saúde, tratamento médico ou fornecimento de medicamentos e outros. A capacitação da população para o exercício da cidadania, isto é, para participar nas decisões que envolvem sua

vida são essenciais, como propõe a Promoção da Saúde. Com um grande papel para o cumprimento desta meta, aparece a Educação e dentro desta, a escola tendo como responsabilidade não só o ensino formal, mas também a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres engajados na participação social.

É preciso abrir novos horizontes para a busca de experiências de gestão/organização que deram bons

resultados em diversos pontos do país. Difundir conhecimentos positivos, reacender novas esperanças e bom ânimo, desde a classe política, gestores, passando pelo corpo de profissionais técnicos e de atividades relacionadas, até os usuários desses serviços, tanto da esfera pública quanto privada. Afinal, o SUS é o sistema de saúde vigente no país e fazer com que ele dê certo é responsabilidade de todos.

REFERÊNCIAS

- AERTS D et al. Promoção de Saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Cad. Saúde Pública**; 2004. 20 (4): 1020-1028.
- BLOG. SAÚDE. GOV. **Conheça o Sistema Único de Saúde (SUS)**. Acessado em 20/08/2020. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/servicos/32814-conheca-o-sistema-unico-de-saude-sus>>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988.
- BRASIL. **Portaria GM/MS nº 3916 de 30 de outubro de 1998**. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em 20/08/20.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília: DF, 2011. Disponível em http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_7.pdf. Acesso em 10/08/20.
- BRÊTAS, A. C, OLIVEIRA E. M. **Interseções entre as áreas de conhecimento da gerontologia, da saúde e do trabalho: questões para reflexão**. Saúde e Sociedade, São Paulo. 1999. ago/dez; 8(2): 59-82.
- BUSS PM. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Ciência e Saúde Coletiva-Abrasco**. 2000; 5(1): 163-177.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Opinião dos brasileiros sobre o atendimento na área de saúde 2018**. Acessado em 03/09/2020. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/data/folha_sus_cfm2018.pdf>.
- DANTAS, D. D. A humanização da justiça. **Revista ISTOÉ**, nº 1804, 5/5/2004.
- LAVOR, Adriano De. Um padrão bem pouco saudável. **FIOCRUZ, Revista RADIS** nº 56, Rio de Janeiro, abr/2007.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos

serviços correspondentes e das outras providências.

FRENTE BRASIL POPULAR. Plano Popular de Emergência 2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil2013/files/files/Plano_Popular_d e_Emergencia.pdf>. Acesso em: 08/08/2020.

LEÃO, M. M. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento Final, 2007, p. 24. Acesso em: 10/08/2020. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>.

MARTINS CP, L C. Política **HumanizaSUS: Ancorar um navio no espaço.** Botucatu: 2017; 21(60):13-22. Acesso em: 05/09/20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v21n60/1807-5762-icse-1807-576220150614.pdf>.

MATUÍ J. Cidadão e Professor em Florestan Fernandes. São Paulo:Cortez; 2001.

MINAYO MC. Condiciones de Vida, Desigualdad y Salud a Partir Del Caso Brasileño. In Briceño-Leon, R; Minayo, M.C.; Coimbra Jr., C. E. A. (coordenadores). Salud e Equidad: uma mirada desde las ciencias sociales. Fiocruz; 2001.p.55-71.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria Nº 2.715, de 17 de novembro de 2011** - Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília (Brasil): Ministério da Saúde; 2011.

OLIVEIRA, J. M. Análise da Conjuntura Política do SUS. Conselho Nacional de Saúde. Acesso em: 08/08/2020. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/web_plenaria/Docs/ANALISE_DA_CONJUNTURA_POLITICA_DO_SUS.pdf>.

PEREIRA, B.;-PEREIRA, L. C. et al. Manifesto do Projeto Brasil 2017. Acesso em: 08/08/2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2017.v41n113/353-364/>>.

PLANALTO. (2006). Lei de segurança alimentar e nutricional. Acesso em: 10/08/2020. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>.

SANTOS, NR. Conjuntura atual: instigando a busca de rumos e o que fazer. (2017) Acesso em: 08/08/2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2017.v41n113/353-364/#>>.

SANTOS NR. Posfácio. In: L' Abbate S. Direito à Saúde: discursos e práticas na construção do SUS. São Paulo: Hucitec; 2010. p. 281-83.

SAUDE. GOV. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Acesso em: 10/10/2020. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>

SAUDE. GOV. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. Acesso em: 07/08/2020. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>.

SENADO FEDERAL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988. Acesso em 10/08/2020.

SILVESTRE, ROBERTA DE MIRANDA. Judicialização da saúde: estudo de caso sobre as demandas judiciais em um

município de pequeno porte no sul do Estado do Piauí. Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. p 14. Acessado em: 10/08/2020
Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/26132>

SISSON MC. Considerações sobre o programa de saúde da família e a promoção de maior equidade na política de saúde. Saúde Sociedade. 2007. Acessado em: 10/08/2020. Disponível em:
<<https://www.fen.ufg.br/revista/v14/n1/pdf/v14n1a08.pdf>>.

VALENTE, Flávio L. Schieck. Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2012, p. 4.

VERDI M, et al. Acolhimento e Humanização nas Práticas de Gestão e Atenção à Saúde de Pessoas Privadas de Liberdade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2 edição, 2019, p 65. Acessado em 05/09/20. Disponível em:
<<https://www.unasus.ufsc.br> Modo de acesso: www.unasus.ufsc.br

